

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

EMILY EMANUELI VIEIRA DE PAULA

**A escola de educação básica no período militar – o projeto político
da organização pedagógica da escola**

GOIÂNIA, 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

**A escola de educação básica no período militar – o projeto político
da organização pedagógica da escola**

Monografia apresentada como Trabalho de Final de
Curso TCC – do curso de Pedagogia da Escola de
Formação de Professores e Humanidades da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
Orientanda – Emily Emanuelli Vieira de Paula
Orientadora - Doutora Elianda Figueiredo A. Tiballi.

GOIÂNIA, 2023

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que me ensinaram o valor da educação e me apoiaram em todos os momentos.

Aos meus professores, que me inspiraram a buscar o conhecimento e me orientaram na realização deste trabalho.

Aos meus amigos, que compartilharam comigo as alegrias e as dificuldades da jornada acadêmica.

E a todos os educadores, que dedicam suas vidas a transformar o mundo através do ensino e da apren

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu a vida, a fé e a sabedoria para realizar este trabalho. Ele foi o meu refúgio e a minha fortaleza nos momentos de dificuldade e de alegria.

Agradeço aos meus pais Danielly e Ricardo, que me deram o exemplo de amor, dedicação e honestidade. Eles foram os meus primeiros educadores e os meus maiores incentivadores.

Agradeço aos meus irmãos Esther, Ellena e José Ricardo, que me acompanharam nesta caminhada, me apoiando, me aconselhando e me divertindo. Eles foram os meus melhores amigos e os meus confidentes.

Agradeço aos meus professores, em especial minha orientadora Professora Elianda que me orientaram, me desafiaram e me estimularam a buscar o conhecimento. Eles foram os meus mestres e os meus modelos.

Agradeço aos meus alunos, que me acolheram, me respeitaram e me surpreenderam com suas potencialidades. Eles foram os meus interlocutores e os meus aprendizes.

A todos vocês, que fizeram parte desta trajetória, o meu sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar como a educação básica brasileira foi influenciada pelo regime militar, que vigorou de 1964 a 1985, e quais foram as principais características do projeto político-pedagógico da escola nesse período. Para isso, o trabalho se baseia em fontes bibliográficas e documentais, que permitem compreender o contexto político, econômico, social e cultural em que se inseria a educação brasileira na época da ditadura.

A hipótese central da monografia é que a educação básica no período militar foi marcada por um caráter autoritário, pragmático e tecnicista, que visava atender às demandas do modelo desenvolvimentista e da segurança nacional, impostos pelo governo. Nesse sentido, a escola foi utilizada como um instrumento de controle ideológico, de formação de mão-de-obra e de legitimação do regime.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve revisão histórica do golpe militar de 1964 e das principais características do regime ditatorial. O segundo capítulo discute as principais leis e reformas educacionais implementadas pelo governo militar, enfatizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, que estabeleceu a obrigatoriedade da educação profissionalizante no ensino de 2º grau. O terceiro capítulo analisa as consequências e os desafios da educação básica no período militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e políticos da organização escolar.

Palavras Chave – Período militar no Brasil; Políticas Educacionais; Educação no Período Militar.

INTRODUÇÃO

A monografia que aqui se apresenta é resultado da pesquisa realizada para a construção do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que teve como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a organização das escolas de Educação Básica durante o período militar do governo brasileiro.

Quando comecei o curso de Pedagogia, sempre tive em mente que não seguiria a linha de pensamento das minhas outras colegas, que pensaram para seus projetos abordar sobre o lúdico, a musicalização, a inclusão ou jogos e brincadeiras. Eu queria escrever sobre um assunto que não fosse tão abordado, mas que não deixasse de ser interessante e atual.

Eu tive bastante dúvidas quanto à escolha do tema, mas decidi que seria algo relacionado ao período militar do governo brasileiro, porque estudei sobre a história da educação na disciplina de História da Educação II com o professor Mardônio e as leituras indicadas e os debates ocorridos durante suas aulas despertaram meu interesse por esta temática. A disciplina de História da Educação II busca fornecer aos estudantes uma base sólida de conhecimento sobre a evolução histórica da educação, mas focada na história da educação do Brasil, nos permitindo compreender e refletir sobre as práticas e ideias atuais à luz do passado.

Me interessei pela ditadura militar desde quando eu cursava o ensino médio. Mas, quando entrei na universidade, ouvindo sobre este tema nas disciplinas de história e nas aulas de políticas públicas só aflorou ainda mais meu desejo por esse tema. Foi então que pensei no viés da educação. O campo da educação foi o mais polêmico e censurado no período militar, mas também o mais importante.

Escolhi esse tema pois me interessei muito sobre os estudos do período militar, estudar como a escola se organizava, como os professores davam aulas diante da intensa censura, do risco do exílio e da tortura, como os livros didáticos

eram oferecidos aos alunos, como a política interferia nas instituições. Enfim, foram tantas perguntas que passaram pela minha cabeça e que me fizeram chegar em um problema: Como esteve organizada a escola de 1º e 2º graus no período militar brasileiro?

Com a pergunta orientadora da pesquisa formulada, pude definir os objetivos que pretendia alcançar com este estudo investigativo. Como objetivo geral: Explicitar a organização política, pedagógica e didática da escola de 1º e 2º graus no período militar brasileiro. Como objetivos específicos: caracterizar e analisar criticamente o período; explicitar a organização pedagógica das escolas de 1º e 2º graus no regime militar; explicitar os impactos deixados pelo período militar no sistema de ensino brasileiro.

Procedimento metodológico

Esta é uma pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa, de cunho exploratório, que busca analisar e compreender a organização política, pedagógica e didática das escolas brasileiras durante o período militar (1964-1985). Com busca ampla em bibliotecas, acervos digitais, teses, dissertações e livros relacionados à temática proposta. Analisando criticamente as teorias, conceitos e abordagens existentes sobre a organização política, pedagógica e didática das escolas durante o período militar. Realizando uma leitura atenta e sistemática das fontes selecionadas, destacando trechos relevantes, ideias-chave e argumentos apresentados pelos autores. Fazendo anotações e registrando as referências bibliográficas de cada fonte consultada. Realizando uma análise interpretativa dos dados coletados, relacionando as informações obtidas com o objetivo da pesquisa. Organizando as informações obtidas em um texto de pesquisa estruturado, que inclua introdução, metodologia, análise dos dados, discussão dos resultados e conclusões. Analisando as implicações dos achados da pesquisa para a compreensão da organização política, pedagógica e didática das escolas no período militar. Observando os princípios éticos de citação, referência e uso adequado das fontes consultadas garantindo que as ideias dos autores sejam devidamente atribuídas e que a pesquisa seja conduzida de forma ética e responsável.

A metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa exploratória proporciona uma compreensão aprofundada e panorâmica da organização política, pedagógica e didática das escolas brasileiras durante o período militar, permitindo uma análise crítica e embasada sobre o tema proposto. Neste sentido, a opção metodológica deste estudo investigativo obedeceu às exigências do próprio tema, um tema histórico, cujas principais fontes são estudos e pesquisas realizadas sobre o período militar no Brasil.

Assim, esta pesquisa teve início com o levantamento de dissertações e tese disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, do Ministério de Ciências Tecnologias e Inovação, estabelecido como recorte temporal os anos de 2003 a 2022.

Foram localizadas 01 Tese, coletada no ano de 2003, e 10 Dissertações Coletadas nos anos de 2006 aos anos de 2022.

No Quadro 1, que se segue, é possível visualizar os dados coletados na BDTD tendo como referência o descritor “A educação no período militar” formulado para a leitura e estudo da pesquisa.

Quadro 1 – educação no período militar – Tese e Dissertações (BDTD) que abordam a educação no período militar

Tese e Dissertações que abordam sobre a educação no período militar.	Títulos e nome dos autores	Data de publicação
Tese - BDTD	Censura de livros durante a ditadura militar: 1964 – 1978. Maria Mercedes Dias Ferreira Oleiro	2003
Dissertação - BDTD	Práticas Pedagógicas do Instituto de educação de Goiás no período militar. Jane Marciane Alves Dias	2018
Dissertação - BDTD	Alfabetização de jovens e adultos no período militar: o MOBRAL segundo alguns críticos e egressos. Vandeicol Salviano Sabino	2008
Dissertação - BDTD	Ditadura militar e educação: uma análise do Centro Cívico Escolar (1971 1986). Karina Clécia da Silva Guilherme	2011

Dissertação - BDTD	Educação e ditadura militar: relatos da história oficial e a memória de professores (1964-1985). Claudio Pinheiro	2006
Dissertação - BDTD	A reforma da educação e a instituição do vestibular na ditadura militar brasileira: um caso de "revolução passiva"? Marcos Eduardo Gomes de Lima	2010
Dissertação - BDTD	Representações de cidadania nos livros didáticos de educação moral e cívica durante o regime militar brasileiro (1964-1985) Fernanda de Paula Gomides	2015
Dissertação - BDTD	Ditadura militar no Brasil: a consciência histórica de estudantes de uma escola pública Joyci Viegas de Freitas Silva	2022
Dissertação - BDTD	Almas integradas: Política educacional, Educação Moral e Cívica e formação do cidadão na ditadura militar (Brasil-1964/1974) Marcelo Gonzaga dos Santos	2013
Dissertação - BDTD	Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) Milene Cristina Hebling	2013
Dissertação - BDTD	Conhecimento e conscientização: a historicidade do pensamento de Paulo Freire Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva	2011
11	TOTAL = 01 Tese e 10 Dissertações	2003-2022

Fonte: Tese e Dissertações BDTD/2003-2022.

A partir deste levantamento e de uma pesquisa bibliográfica para identificação de trabalhos publicados em livros e revistas especializadas, foi possível definir o percurso da pesquisa, tendo Paulo Freire como principal referência de análise.

No livro *A Pedagogia do Oprimido* (1968) de Paulo Freire o autor faz uma crítica radical sobre o modelo tradicional de educação, que ele denomina como “Educação bancária” que consiste em “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.” (Freire, 1968, p. 37). Uma educação que reforça a opressão e submete o oprimido ao poder autoritário, em todas as suas formas de expressão.

Por que esse tema é interessante e atual até os dias de hoje? Porque até hoje podemos ver vestígios da educação bancária nas instituições de ensino brasileiras e, principalmente, porque sendo a democracia no Brasil

continuamente ameaçada, não podemos nos esquecer do que foi o período militar para não permitirmos o seu retorno sob nenhuma hipótese.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO

1.1 A instauração do governo militar de 1964 no Brasil

O período militar brasileiro foi uma época em que o Brasil foi governado por uma ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985. A Junta militar conduzida por um sentimento de conspiração entre 31 de março e 02 de abril de 1964, organizou um complô contra o então presidente João Goulart na época, acusando-o de ser comunista e de promover reformas sociais que desagradavam os setores conservadores da sociedade. Os militares, apoiados pelos Estados Unidos e por grupos civis como empresários, políticos, religiosos e parte da imprensa, assumiram o poder com a promessa de restaurar a ordem e a democracia, mas na verdade impuseram um regime autoritário, repressivo e violento, que violou os direitos humanos, censurou a liberdade de expressão, perseguiu e torturou os opositores, cassou mandatos políticos, fechou o Congresso Nacional e suspendeu as eleições diretas.

A ascensão da junta militar brasileira ao poder e a instauração do regime militar no Brasil, fora resultado de um contexto político complexo e uma série de eventos específicos. Para isso, precisamos entender que o Brasil estava passando por um período de crise política nos anos que antecederam o golpe militar. O presidente João Goulart, conhecido como Jango, estava no poder e desenvolveu uma série de políticas reformistas, incluindo reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras, que alarmaram as elites econômicas e políticas do país.

O país estava polarizado entre forças conservadoras e liberais, com setores militares também divididos em relação a Jango. Os setores conservadores viam o governo de Jango como uma ameaça à ordem e à estabilidade, além disso, o Brasil estava enfrentando problemas econômicos,

como a inflação e o desequilíbrio fiscal, que contribuíram para a insatisfação pública. Nas ruas, tanto grupos de esquerda quanto grupos de direita foram organizados e mobilizados, realizando manifestações e protestos em todo o país.

Outro ponto extremamente importante que devemos pontuar foi o papel dos Estados Unidos no golpe de 64. Apoiando indiretamente o movimento militar, os EUA financiaram grupos clandestinos e campanhas eleitorais de políticos conservadores para atuarem em prol do enfraquecimento do governo de Jango. Aqui, podemos citar os dois Institutos criados pela CIA (Central de Inteligência Americana), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

O Ipes tinha o objetivo de promover estudos e análises políticas, mas também foi criticado pela sua visão ideológica anticomunista e pelo seu envolvimento na preparação do golpe. O Ipes desempenhou um papel importante na queda do governo de Jango, sendo considerado na época, como o maior núcleo golpista no contexto político, contribuindo para a polarização política no Brasil. Já o Ibad, foi uma organização política brasileira operando com financiamento secreto dos Estados Unidos. Embora apresentasse uma fachada democrática, o Ibad estava envolvido em atividades que visavam desestabilizar o governo de Jango e promover interesses conservadores e anticomunistas no Brasil. A organização financiou campanhas políticas, ações de propaganda e mobilizações relacionadas a líderes considerados conservadores e anticomunistas.

A situação política ficou cada vez mais crítica, cada vez mais Jango perdia apoio, os dois polos da política estavam radicalizados, o enfraquecimento das bases de apoio a Jango levou-o a reforçar seu compromisso com o reformismo e com as esquerdas (SILVA, 2023). A resposta de Jango foi o Comício da Central do Brasil um grande evento político realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante seu governo, reunindo uma multidão de apoiadores do então presidente e de movimentos de esquerda, onde Goulart discursou em defesa de suas reformas. No entanto, o evento também gerou preocupações entre setores conservadores e militares, contribuindo para o clima de instabilidade. Não muito distante, no dia 19 do mesmo mês, em São Paulo, grupos conservadores, empresários e setores da sociedade civil responderam a Jango com a Marcha

da Família com Deus pela Liberdade, levando esse nome a série de manifestações políticas que protestavam contra as políticas de esquerda e a influência comunista no governo.

A agitação exacerbada que marcou o mês de março atingiu os quartéis. A situação chegou a um ponto crítico, quando as Forças Armadas se rebelaram contra o governo de Jango. No dia 31 de março de 1964, o general Olimpo Mourão Filho iniciou a mobilização das tropas, em Juiz de Fora, Minas Gerais, na tentativa de derrubar o governo. No dia seguinte, a rebelião militar se ampliou no país, enquanto Jango se refugiava no Rio Grande do Sul. E em 02 de abril de 1964, Auro de Moura decretou vaga à presidência do país, fato que consolidou, politicamente, o golpe no país (SILVA, 2023).

Após o golpe, Ranieri Mazzilli assumiu a presidência temporariamente até os militares estabelecerem uma junta militar e, posteriormente, Humberto Castelo Branco assumiu a presidência do país emitindo o Ato Institucional nº 1 (AI-1) e iniciando o período do golpe Cívico-Militar no Brasil.

1.2 - Os Presidentes do período militar

O período militar brasileiro pode ser dividido em cinco fases, de acordo com os presidentes que governaram o país: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). Cada fase teve suas características próprias, mas todas foram marcadas pelo controle dos militares sobre as instituições civis, pela intervenção na economia, pela aliança com os interesses norte-americanos e pela resistência de diversos setores da sociedade, como estudantes, trabalhadores, artistas, intelectuais e guerrilheiros.

- Humberto Castelo Branco (Castelo Branco)

Após o golpe, João Goulart deixou o país e o Congresso Nacional declarou a vacância da presidência. O marechal Humberto Castelo Branco, que era chefe do Estado-Maior do Exército na época, foi escolhido como presidente interino pelos militares. O regime militar prometeu realizar eleições indiretas para escolher o próximo presidente e em 11 de abril de 1964, o Congresso elegeu Castelo Branco como presidente do Brasil, tomando posse em 15 de abril de 1964.

O governo de Castelo Branco durou de 1964 a 1967 e foi marcado por medidas econômicas ortodoxas, que visavam controlar a inflação e estabilizar a economia. Ele instituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) e criou também o Banco Central e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Durante seu governo os partidos que existiam na época foram fechados (JUNIOR, 2006). Porém, foram permitidas apenas duas legendas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição (JUNIOR, 2006).

Algumas características que merecem ser pontuadas no governo foi que Castelo Branco promulgou a Constituição de 24 de novembro de 1967 no qual institucionalizava a ditadura militar. Também no mesmo ano, foi aprovada a Lei de Imprensa, que limitava a liberdade de pensamento e informação e era uma expressão do caráter arbitrário do regime (Junior, 2006). Durante seu governo muitos mandatos de deputados, governadores, ex-presidentes e lideranças de entidades civis foram cassados. Reforçando as características mais fortes do regime, como a repressão e a censura.

- Marechal Artur da Costa e Silva (Costa e Silva)

Costa e Silva governou o país de 1967 a 1969. Costa e Silva chegou ao poder na ditadura militar do Brasil em 1967, após ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, que foi pressionado pela Junta Militar que indicou o seu nome. Ele foi o único candidato na eleição sucedendo Castello Branco, o primeiro presidente do regime militar. Costa e Silva era visto como um representante da linha dura dos militares, que queriam aumentar a repressão aos opositores do governo. O seu governo foi marcado pelo decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspendeu as garantias constitucionais e deu poderes absolutos ao presidente para cassar mandatos, fechar o Congresso, censurar a imprensa e a cultura, e perseguir, prender e torturar os suspeitos de subversão e também seu mandato ficou conhecido como “anos de chumbo” uma vez que representou um dos períodos mais duros da ditadura militar (Costa e Silva..., 2023). Costa e Silva também iniciou uma política econômica desenvolvimentista, onde combateu a inflação e também ampliou relações econômicas exteriores, expandindo comunicações e transportes. Costa e Silva

deixou o poder em 1969, após sofrer um derrame cerebral, e foi substituído por uma junta militar provisória.

O governo de Costa e Silva apresentou resistência por parte de grupos de oposição, incluindo estudantes, intelectuais e setores da sociedade civil. Houve protestos significativos durante seu mandato, culminando com a Marcha dos Cem Mil em 1968.

- Emílio Garrastazu Médici (Médici)

Médici chegou ao poder na ditadura militar do Brasil em 1969, após ser indicado pelo Alto Comando do Exército para o cargo de presidente da República. Ele foi o único candidato na eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional, que estava sob forte pressão dos militares. Sucedeu Costa e Silva, que havia sido afastado por motivos de saúde. O governo de Médici foi marcado pelo auge da violência e da censura da ditadura militar. Adotou os slogans "este é um País que vai pra frente" e "Brasil: ame-o ou deixe-o" (Os presidentes..., 2006).

Os movimentos de resistência, como os estudantis, sindicais e de esquerda, foram duramente perseguidos, torturados e assassinados pelos órgãos de repressão do regime, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Departamentos de Operações e Informações (DOIs). Ao mesmo tempo em que a ditadura militar se endurecia, o país vivia um período de crescimento econômico acelerado, conhecido como "milagre econômico".

"Milagre econômico" é uma referência ao elevado crescimento da economia do País neste período. A expressão fazia referência à euforia da prosperidade econômica, que teria acontecido sem planejamento (BEZERRA, 2023). O Brasil recebeu grandes empréstimos externos e atraiu capitais estrangeiros. No entanto, o "milagre econômico" teve um alto custo social e ambiental. A concentração de renda aumentou, agravando a desigualdade e a pobreza. A inflação também subiu, corroendo o poder de compra dos trabalhadores. A política econômica favoreceu os grandes empresários e latifundiários, em detrimento dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais. A expansão da fronteira agrícola provocou o desmatamento da Amazônia e a violência contra os povos indígenas. Médici deixou o poder em 1974, após

cumprir o seu mandato de cinco anos. Ele foi substituído por Ernesto Geisel, outro general indicado pelos militares. Médici morreu em 1985, vítima de insuficiência renal aguda e respiratória.

- Ernesto Beckmann Geisel (Geisel)

Ernesto Geisel chegou ao poder na ditadura militar por meio de uma eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional em 1974. Ele foi o candidato da ARENA, o partido que apoiava o regime militar. E governou o país até o ano de 1979.

Geisel criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava estimular a produção de bens de capital, aumentar a produção de insumos essenciais à indústria e manter altas taxas de crescimento econômico. Ele também investiu na substituição parcial da gasolina pelo álcool e na construção de hidrelétricas, como a de Itaipu.

Geisel iniciou um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”, que permitiu a propaganda política da oposição e aboliu a censura prévia à imprensa. Por outro lado, ele também manteve a repressão e a tortura aos opositores do regime, como no caso do jornalista Vladimir Herzog, que foi assassinado nos corredores do DOI-CODI em 1975.

- João Baptista Figueiredo (Figueiredo)

Figueiredo chegou ao poder na ditadura militar do Brasil em 1979, foi chefe do gabinete militar do presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) e foi empossado ministro-chefe do SNI no governo de Ernesto Geisel (1907-1996). Em 1977, Figueiredo ascendeu ao posto de general (BEZERRA, 2023). Foi o último general a ser presidente durante o período da ditadura e, governou entre 15 de março de 1979 e 15 de março de 1985 e o responsável por consolidar a abertura política do país através da Lei da Anistia e das eleições diretas para o Congresso e os governos dos estados (BEZERRA, 2023).

Ele enfrentou a resistência dos setores mais radicais do regime, que defendiam a manutenção da repressão e da censura aos opositores, chegando até a ter que lidar com vários atentados. Seu governo foi caracterizado pelo processo de abertura lento e gradual da política, promulgando várias leis que

favoreciam à volta dos cidadãos civis ao poder. Com a abertura da política, vários partidos surgiram:

PDS (Partido Democrático Social), onde concentraram-se os ex-integrantes da Arena;
PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), integrado por aqueles que formaram o MDB e liderado pelo deputado Ulysses Guimarães;
PP (Partido Popular), fundado pelo deputado Tancredo Neves;
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado por Getúlio Vargas;
PDT (Partido Democrático Trabalhista) de orientação à esquerda e liderado por Leonel Brizola
PT (Partido dos Trabalhadores), fundado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BEZERRA, 2023).

No campo econômico, Figueiredo enfrentou uma enorme crise econômica e social, evidenciando o colapso da política econômica do regime militar. A economia brasileira sofreu os efeitos da crise internacional do petróleo de 1979, da retração das economias desenvolvidas, da inflação elevada, da dívida externa crescente e da estagnação do crescimento. Também em seu governo, Figueiredo instituiu o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O BNDES seria uma instituição no qual oferecia créditos às empresas brasileiras e financiava obras públicas.

A crise econômica reforçou os argumentos da oposição e gerou greves no ABC paulista, deflagrando em 1984 a campanha das Diretas Já mobilizando milhares de simpatizantes pedindo o direito de eleger novamente o presidente da república pelo voto público.

Figueiredo deixou o poder em 1985, após cumprir o seu mandato de seis anos. Ele foi substituído por José Sarney, que era o vice-presidente eleito na chapa de Tancredo Neves, que venceu as eleições indiretas de 1985.

1.3– Os Atos Institucionais (AI)

Os Atos Institucionais foram decretos emitidos durante o regime militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985. Os atos institucionais formaram um conjunto de leis de exceção decretadas durante os governos militares (Atos Institucionais..., 2022).

Esta ordenação jurídica tinha como característica a superioridade em relação à Constituição Federal do Brasil (Atos Institucionais..., 2022) e foram

usados para consolidar o poder dos militares e reprimir a oposição política. No total, foram emitidos 17 atos institucionais, cada um com um propósito específico, eles eram editados pelos Comandantes-chefes do Exército da Marinha, da Aeronáutica ou pelo próprio presidente.

AI-1 (1964): Ele foi publicado em 9 de abril de 1964. Este ato institucional suspendeu a Constituição e deu ao presidente militar o poder de governar por decreto, nele também era permitido realizar eleições indiretas e dava aos Comandantes-chefes das Forças Armadas o poder de cassar mandatos e legislativos e suspender direitos políticos. Suas principais características eram:

- Transferência do poder político para os militares. Portanto, quem mandava no Brasil, a partir daquele momento, eram os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica.
- Estabelecer eleições indiretas para a escolha do próximo presidente. Esse tipo de eleição não precisa da participação popular, ou seja, quem vota e elege o presente são os deputados e senadores, indicados pelos militares.
- Colocar em disponibilidade ou aposentar obrigatoriamente as pessoas se opusessem contra a segurança do país, ao regime democrático e à probidade da Administração Pública. (Atos Institucionais..., 2022).

AI-2 (1965): Decretado em 27 de outubro de 1965, esses atos mostravam que a Ditadura Militar se tornaria ainda mais autoritária e repressiva. Este ato institucional estabeleceu eleições indiretas para presidente e governadores estaduais. Ele também criou o bipartidarismo, limitando a atividade política a apenas dois partidos. Suas principais características eram:

- Foram estabelecidas novamente eleições indiretas para o cargo de presidente.
- Todos os partidos políticos existentes até aquele momento foram extintos.
- Foi formado o bipartidarismo com a criação de 2 partidos: o Arena (Aliança Reformadora Nacional), que representava o governo militar, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que representava o partido de oposição ao governo militar.
- Suspendeu as garantias de vitaliciedade (2 anos de exercício do cargo público), inamovibilidade (garantia dada aos magistrados e membros do ministério público em não serem transferidos), estabilidade (indenização de um mês de salário por ano trabalhado) e a de exercício em funções por tempo certo (Atos Institucionais..., 2022).

AI-3 (1966): O AI-3 foi emitido em 5 de fevereiro de 1966 e estabeleceu eleições indiretas para governadores estaduais e prefeitos das capitais. Suas principais características eram:

- Os governadores deveriam indicar os nomes dos prefeitos das capitais brasileiras. As assembleias deveriam aprovar esses nomes indicados.
- Os Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, puderam exercer o cargo de Prefeito de capital de Estado.
- Aumentou o controle estabelecido pela junta do governo militar, já que os cargos de prefeitos e governadores eram indivíduos considerados de confiança do Regime Militar (Atos Institucionais..., 2022).

AI-4 (1966): O AI-4 foi declarado em 7 de setembro de 1966. Por meio deste ato a Ditadura Militar realizava a Convocação do Congresso Nacional no intuito de promulgar a Constituição de 1967 por meio de votação. As principais características deste ato eram:

- O Congresso Nacional foi convocado para discutir, votar e promulgar uma nova Constituição para substituir a Constituição de 1946, que ainda estava em vigência.
- Após a Convocação extraordinária e até a reunião ordinária do Congresso Nacional, o Presidente da República ainda podia expedir decretos com força de lei sobre matéria administrativa e financeira.
- A Constituição Brasileira de 1967 foi outorgada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março de 1967 (Atos Institucionais..., 2022).

AI-5 (1968): Este ato institucional foi o mais repressivo de todos. Ele suspendeu os direitos civis e políticos dos cidadãos, permitindo que o governo prendesse, torturasse e exilasse qualquer pessoa considerada uma ameaça à segurança nacional. O AI-5 também fechou o Congresso Nacional e permitiu que o presidente militar governasse por decreto.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi uma norma legal outorgada pelos militares durante o período da Ditadura Militar no Brasil. O AI-5 foi emitido no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo de Artur da Costa e Silva. O AI-5 promoveu maior centralização do poder e aumentou os poderes do presidente empossado. Suas principais características são:

- Autorização ao Presidente da República para criar leis. Assim, o Poder Legislativo foi anulado no Brasil, naquele momento.
- Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais foram colocadas em recesso.
- Suspensão da Magistratura (juizes): os juizes perderam todas as suas imunidades que davam privilégios e direitos, como ser julgado apenas pelos próprios juizes.
- Decretado estado de sítio por tempo indeterminado, ou seja, a suspensão temporária dos direitos e garantias individuais previstos na instituição.
- Suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado;

- Cassação de mandatos eletivos;
- Fim do habeas corpus para crimes para determinados crimes, possibilitando que os presos pudessem ser torturados por mais tempo nas prisões do governo (Atos Institucionais..., 2022).

Assim, o presidente poderia decretar o fechamento por período indeterminado do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores. Poderia também decretar a intervenção do governo federal em municípios e estados sem se preocupar com os ditames da Constituição de 1967. O ato também dava direitos ao presidente empossado de nomear interventores para cidades e estados do país, isto é, os governantes para administrar cidades e estados seriam escolhidos sem a participação da população. O presidente ainda teria o direito de cassar mandatos de deputados, senadores e vereadores, bem como decretar a suspensão dos direitos políticos de cidadãos brasileiros. Aqueles que tivessem seus direitos políticos suspensos ficariam com uma série de limitações e estariam proibidos, por exemplo, de se manifestar politicamente de maneira pública. O presidente poderia ainda decretar estado de sítio, uma prerrogativa que, antes da ditadura, só poderia ser acionada com a aprovação do Legislativo – um mecanismo importante usado na Quarta República para conter abusos de poder por parte dos presidentes.

Esses atos institucionais foram responsáveis por uma série de violações dos direitos humanos no Brasil durante o regime militar. Eles foram revogados em 1985, quando o país voltou à democracia.

1.4 – Manifestações políticas no período militar- características

A sociedade brasileira reagiu ao regime militar de diferentes formas, dependendo dos grupos sociais, políticos, culturais e ideológicos envolvidos. Alguns setores da sociedade apoiaram o golpe de 1964 e o regime militar, acreditando que ele seria uma solução para os problemas do país, como a corrupção, a inflação, a instabilidade e a ameaça comunista. Esses setores eram, em geral, ligados às elites econômicas, aos meios de comunicação, às igrejas conservadoras e aos partidos de direita. Outros setores da sociedade se opuseram ao regime militar e lutaram pela restauração da democracia, dos direitos civis e das liberdades individuais. Esses setores eram, em geral, ligados

aos movimentos populares, aos sindicatos, às universidades, às igrejas progressistas e aos partidos de esquerda.

As formas de resistência e oposição ao regime militar variaram ao longo do tempo e do espaço, mas podem ser agrupadas em três categorias principais: A resistência armada que foi a forma mais radical e violenta de enfrentar o regime militar, adotada por grupos guerrilheiros que defendiam a luta armada como meio de derrubar a ditadura. Esses grupos realizavam ações como assaltos a bancos, sequestros de diplomatas, atentados a quartéis e sabotagens a instalações militares. Os principais grupos guerrilheiros foram: Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), liderado por Carlos Lamarca; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Alberto Soares de Freitas; Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que teve entre seus membros Dilma Rousseff; e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que organizou a Guerrilha do Araguaia.

A resistência armada foi duramente reprimida pelos órgãos de segurança do regime militar, que utilizaram métodos como tortura, execução, desaparecimento e exílio forçado para eliminar os guerrilheiros.

A resistência política foi a forma mais institucional e moderada de contestar o regime militar, adotada por partidos políticos que defendiam a via pacífica e legal para o retorno à democracia.

Esses partidos atuavam dentro dos limites impostos pelo regime militar, mas buscavam ampliar os espaços de participação política e denunciar as arbitrariedades cometidas pela ditadura. Os principais partidos políticos de oposição foram: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia diversas tendências políticas contrárias ao regime militar; Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava na clandestinidade e defendia uma linha reformista e nacionalista; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que se separou do PCB em 1966 e defendia uma linha revolucionária e internacionalista; e Partido dos Trabalhadores (PT), que surgiu em 1980 como resultado da articulação entre sindicalistas, intelectuais, religiosos e militantes de esquerda. A resistência política conseguiu conquistar alguns espaços no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, além de

mobilizar a opinião pública por meio de campanhas como a do voto nulo em 1974, a da anistia em 1979 e a das Diretas Já em 1984.

A resistência cultural foi a forma mais criativa e simbólica de expressar o descontentamento com o regime militar, adotada por artistas, intelectuais, estudantes e ativistas culturais que defendiam a liberdade de expressão e a diversidade cultural como formas de resistir à censura e à homogeneização impostas pela ditadura. Esses agentes culturais utilizavam diferentes linguagens artísticas, como música, teatro, cinema, literatura, artes plásticas e humor, para criticar o regime militar, denunciar suas violações aos direitos humanos e propor novas formas de pensar e agir na sociedade. Alguns exemplos de manifestações culturais de resistência foram: o movimento tropicalista na música popular brasileira (MPB), liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil; o teatro do oprimido, criado por Augusto Boal; o cinema novo, representado por Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos; a poesia marginal, praticada por Ana Cristina Cesar e Paulo Leminski; a arte conceitual, exemplificada por Cildo Meireles e Hélio Oiticica; e o humor gráfico, expresso por Henfil e Ziraldo.

II CAPÍTULO

ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE 1º E 2º GRAUS

O campo da educação foi bastante representativo e sofreu mudanças significativas no período militar. A escola de 1º e 2º graus no período militar brasileiro esteve organizada de acordo com a Lei 5.692, de 1971, que reformou o ensino básico no país.

O campo da educação no período, foi vista como o único caminho para a ascensão social das camadas baixas e médias (CLARK; NASCIMENTO; DA SILVA, p. 04, 2006), pois qualificava os profissionais para preencherem as vagas disponíveis nas empresas. Para isso, o governo precisou recorrer a ajuda internacional, assinando “acordos”, como o MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development), onde os técnicos desse acordo tinham participação direta no sistema educacional brasileiro para a reorganização do mesmo, foi então que a partir de 31 de março de 1965, esses acordos entraram em vigência.

Os acordos deram a USAID um poder de atuação em todos os níveis de ensino (primário, médio e superior), nos ramos acadêmico e profissional, no funcionamento do sistema educacional, através da reestruturação administrativa, no planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico, e no controle do conteúdo geral do ensino através do controle da publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos (CLARK; NASCIMENTO; DA SILVA, p. 04, 2006).

Essas reformas educacionais promovidas por esses acordos, serviram de base para a elaboração das leis 5.540/1968 e 5.692/1971.

2.1 – A Lei nº 4.024, de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, não alterou a estrutura tradicional do ensino que já existia. Segundo a legislação anterior, o sistema se dividia em: ensino pré-primário, formado por escolas maternas e jardins de infância; ensino primário, de 4 anos com possibilidade de mais 2 anos com programa de artes aplicadas; ensino médio, com dois ciclos - o ginásial de 4 anos, (com as modalidades de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal), e o colegial de 3 anos (com as modalidades de comercial, industrial,

agrícola e normal), abrangendo o ensino secundário e o ensino técnico; e ensino superior, com a mesma organização que já estava consolidada anteriormente.

A lei manteve a mesma estrutura do ensino, mas permitiu uma certa flexibilidade e descentralização, ao não definir um currículo fixo e rígido para cada nível e ramo de ensino. Os Estados e os estabelecimentos de ensino poderiam acrescentar disciplinas optativas ao currículo mínimo determinado pela legislação. Porém, na prática, as escolas não aproveitaram essa oportunidade e continuaram com o mesmo currículo de antes, baseado nos recursos materiais e humanos que já tinham.

2.2 – A Lei nº 5.540 de 1968 – Lei da Reforma Universitária

Em 1968, o governo civil-militar estava em plena exacerbação, dois fatores orientaram a reforma educacional, o primeiro, aumento de novos empregos e o segundo, o modelo de ascensão da classe média que aos poucos vinha se modificando.

Esta lei juntamente com o Decreto-Lei nº 464, de 1969 promoveram a Reforma Universitária, ela promovia a autonomia das universidades e dos estabelecimentos de ensino superior isolados, que se constituíam como autarquias de regime especial ou fundações de direito público ou privado. Também estabelecia os critérios para a criação, a extinção, a fusão e a integração das instituições de ensino superior, bem como as normas para o ingresso, o regime acadêmico, o financiamento e a avaliação dos cursos.

Ou seja, a lei 5.540 de 1969 fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dava outras providências. Ela foi sancionada em 28 de novembro de 1968, e revogada em 1996 pela Lei 9.394.

2.3 – A Lei nº 5.692 de 1971

Já a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus foi promovida através da Lei 5.692 de 1971, de acordo com (CARLOS; CAVALCANTE; NETA, 2018) essa lei foi sancionada sem consulta pública e modificou todo o ensino básico brasileiro.

A Lei nº 5.692/71 teve as seguintes características principais: O ensino de 1º grau passou a ter oito anos de duração, divididos em quatro séries iniciais e quatro séries finais. O ensino de 2º grau passou a ter três anos de duração, com um currículo mínimo comum e uma parte diversificada, de acordo com as habilitações profissionais escolhidas pelos alunos.

A constituição da Lei nº 5.692/71 foi pensada baseada em uma perspectiva de desenvolvimento da economia nacional (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p. 92, 2018). O ensino profissionalizante tornou-se obrigatório para todos os alunos do 2º grau, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico do país.

As habilitações profissionais eram definidas pelo Conselho Federal de Educação, que estabelecia as diretrizes curriculares e os conteúdos mínimos para cada área.

O ensino propedêutico, que visava à formação geral e humanística dos alunos e à preparação para o ingresso no ensino superior, foi relegado a um segundo plano, sendo oferecido apenas como uma opção dentro da parte diversificada do currículo do 2º grau. O ensino supletivo foi criado para atender aos jovens e adultos que não concluíram o ensino regular na idade adequada, podendo ser realizado em cursos presenciais ou a distância, com exames de equivalência ou de madureza. O ensino religioso foi mantido como disciplina facultativa no currículo do 1º grau, sendo ministrado por professores indicados pelas autoridades religiosas, com a anuência dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Essas reformas educacionais procuraram atender aos objetivos estratégicos de conseguir a anuência de uma parte significativa da população (particularmente da classe média), para que se realizasse a "limpeza" política de forma brutal e se implementasse a aceleração da industrialização, através do crescimento da dívida externa, visando ao crescimento da economia, justificado pela falsa promessa de que os sacrifícios daquele momento eram necessários ao crescimento do "bolo econômico" e seriam, posteriormente, recompensados pela distribuição dos benefícios para toda a população (CLARK; NASCIMENTO e DA SILVA, p. 05, 2006).

Neste período, a educação passou a ter a principal função de qualificar ou inserir o estudante para o mercado de trabalho decorrente do processo de industrialização. Nesta intenção, o governo moldou o sistema escolar para que o grande contingente de estudantes que ia saindo do 2º grau já fosse inserido

diretamente ao mercado de trabalho, diminuindo assim a pressão dos jovens de classe média a buscar por vagas no ensino superior.

A reforma do ensino médio foi acompanhada pelo Parecer nº 76/75, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em julho de 1975. Esse parecer tinha como objetivo orientar os estados e municípios na implementação da reforma, bem como definir os critérios para a organização das escolas técnicas profissionalizantes e das instituições superiores integradas ao ensino médio. O parecer também estabelecia que as escolas técnicas profissionalizantes deveriam ter autonomia administrativa e pedagógica, com gestão própria e recursos próprios. Esta reforma do ensino médio teve como consequências a ampliação da oferta educacional para os jovens brasileiros, especialmente os mais pobres e os que viviam nas áreas rurais. No entanto, a reforma também enfrentou dificuldades para ser efetivada na prática, pois dependia da disponibilidade financeira dos estados e municípios para investir na infraestrutura das escolas técnicas profissionalizantes e na formação dos professores. Além disso, a reforma não conseguiu atender às demandas por uma educação mais diversificada e qualificada dos alunos do ensino médio, portanto, a desistência da implementação da profissionalização compulsória finalmente aconteceu com a Lei nº 7044/82, que a extinguiu formalmente, visto que, na prática, nunca chegou a ser efetivamente consolidada (CLARK; NASCIMENTO e DA SILVA, p. 07, 2006).

2.4 – A Reformulação

Essa reformulação do ensino de 1º e 2º graus tratou de garantir apenas uma escolaridade básica e de algum treinamento para os estudantes, para que o indivíduo pudesse cumprir com suas obrigações de trabalhador, e só. Pois, o trabalhador não tinha nenhum controle sobre o processo produtivo como um todo e também não tinha a possibilidade de melhores condições de trabalho e salariais mesmo que estivesse em um nível mais elevado de escolarização e qualificação.

No período militar,

[...] o planejamento educacional converteu-se em um instrumento de racionalidade tecnocrática e economicista que, explicitamente,

colocava os interesses de governo e de economia de recursos acima dos problemas educacionais (SOUZA; TAVARES, p. 276, 2014).

Quanto a escola, durante o regime militar, os diretores das escolas atuavam na administração e fiscalização das atividades escolares, seguindo as normas e os objetivos estabelecidos pelo governo. Assumindo o papel de,

[...] implementar as diretrizes políticas geralmente decididas nos órgãos externos e superiores à unidade escolar, o diretor muitas vezes se via na contingência de ter que expressar lealdade a seus superiores hierárquicos e, ao mesmo tempo, manifestar apoio a seus subordinados (CLARK; NASCIMENTO e DA SILVA, p.11, 2006).

Com as reformas do ensino, o cargo de diretor passou a ser ocupado por um técnico, que tinha como função buscar, controlar e manipular os conteúdos e as práticas pedagógicas.

Durante a ditadura militar, o diretor escolar administrava e fiscalizava as atividades escolares, seguindo as normas e os objetivos estabelecidos pelo regime. O diretor tinha poderes para nomear e demitir professores, coordenadores e funcionários; para definir o currículo, o calendário e o regimento interno da escola; para elaborar o orçamento e os planos de desenvolvimento; para avaliar os resultados dos alunos; para promover atividades culturais, esportivas e recreativas; para resolver conflitos entre alunos, professores ou pais; entre outras atribuições.

Em suma,

Ao não colocar em questão a similaridade existente entre escola e empresa no que tange à sua organização, acaba por favorecer a percepção dessa similaridade como algo natural, quase óbvio, o que facilita sua aceitação e sua implementação no ambiente escolar que, assim, torna-se mais hierarquizado, disciplinado, rígido, padronizado. Tal visão do papel do diretor revela o quanto a ditadura militar brasileira procurou estender seus tentáculos para espaços os mais diversos da vida social, dentre os quais, sem dúvida, a escola foi um dos mais importantes (CLARK; NASCIMENTO e DA SILVA, p. 13, 2006).

No período, o diretor exerceu, pelo menos, três funções básicas: autoridade escolar, educador e administrador. É evidente o caráter tecnicista da organização escolar brasileira e nesse contexto, professores e alunos eram vistos como figurantes secundários no processo pedagógico, funcionando ao que Paulo Freire chamava de *Educação Bancária*, onde

A concepção “bancária”, que a ela serve, também o é. No momento mesmo em que se funda num conceito mecânico, estático, especializado da consciência e em que transforma por isto mesmo, os educandos em recipientes, em quase coisas[...] (FREIRE, p. 42, 1987).

O que Freire está dizendo é que o professor “deposita” as informações/conteúdos para os estudantes, e eles guardam essas informações em “bancos”, simulando um caixa bancário. Ou seja, o professor deposita o conteúdo e o indivíduo recebe, sem mais que isso.

O planejamento setorial da educação, articulado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, constituiu-se por três planos ao longo do período da ditadura militar. O I Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC), de 1972 - 1974, era de caráter predominantemente economista, foi constituído por vários programas e projetos que visavam etapas e níveis de ensino com formação e remuneração docente e a educação voltada para o mercado de trabalho.

O II PSEC teve duração entre o período de 1975 - 1979, esse plano teve como objetivo principal o aumento da mão de obra, das exportações e do mercado interno. Ele também trabalhava com uma organização em três partes, primeiramente avaliando sinteticamente os avanços do I PSEC, segundo, estabeleceu objetivos gerais e específicos para a educação, assim como as diretrizes para a confirmação desses objetivos e em terceiro, o texto detalhou as estratégias para o desenvolvimento da educação no país.

O III PSEC de 1980 - 1985 com vistas a enfrentar uma relação de problemas identificados em encontros nacionais de planejamento com secretários estaduais de educação, realizados em 1979, foi elaborado para esses problemas e além destes, se destacam a universalização da educação obrigatória e a redução das desigualdades sociais e educacionais.

Os problemas residiam, portanto, a ideia de articulação do planejamento educacional com o Plano Nacional de Desenvolvimento não foi equivocada. Educadores foram ignorados e nem sequer foram consultados sobre os problemas educacionais, o planejamento foi feito por meio de uma operação técnica feita por administradores e economistas; o foco desse planejamento era totalmente voltado para o sistema econômico e à política de governo, sem levar em conta as causas e consequências dos problemas educacionais.

De acordo com Saviani (2008) durante o período militar, a escola primária deveria capacitar os estudantes para a realização de determinada atividade

prática, o ensino médio ficaria por preparar esses estudantes para serem profissionais necessários ao desenvolvimento econômico do país e o ensino superior, lhe cabia a função de formar a mão-de-obra especializada, ou seja, os futuros chefes/patrões das empresas.

2.5 – A Reforma do Ensino Superior

O regime militar centralizou o controle sobre o ensino superior, restringindo a autonomia das universidades e institutos. Saviani (p. 302, 2008), menciona que, as reformas do ensino aprovadas pelo regime militar começaram pelo ensino superior, mediante a aprovação da já mencionada Lei n. 5.540.

Algumas das mudanças que ocorreram foi a pressão social por parte dos movimentos sociais da década de 1960, como por exemplo, a reforma do ensino superior.

Como as instituições do ensino superior se constituíam como um dos grandes polos de resistência ao regime militar, o governo juntamente com autoridades internacionais queria substituir a ideologia nacionalista-desenvolvimentista para uma ideologia do desenvolvimento com segurança.

É nesse contexto que o governo institui a Comissão Meira Matos no fim de 1967, guiado pela Teoria Geral da Administração de Empresas de Taylor e Fayol. O governo também criou, no início de 1968, com base no Decreto nº 62.977/68, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p.86, 2018).

E o objetivo dessas comissões eram encaminhar propostas que pudessem reformar o ensino superior, para o governo implementar essas reformas na tentativa de restabelecer o controle social. O resultado, em 28 de novembro de 1968, o governo implantou a Lei nº 5.540 e normatizou todo o ensino superior nacional.

O governo tinha maior poder de intervenção na nomeação de reitores e na gestão das instituições de ensino superior. A lei distribuiu novas diretrizes para a organização das universidades e institutos, definindo a estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação.

A reforma do ensino superior de 1968 continua, claramente, a privilegiar as camadas sociais mais altas, apesar de aumentar o número das vagas neste nível de ensino, não era interesse do regime militar que as classes mais baixas ascendessem socialmente, assim, a

modernização do ensino superior não favoreceu a uma verdadeira mobilidade social [...] (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p. 87, 2018).

O governo estava preocupado em formar para desmobilizar os movimentos estudantis e sociais e educar obedecendo às normas capitalistas. O Estado também tinha interesse no controle político e ideológico.

Os diversos movimentos sociais que pediam pelo aumento de vagas nas universidades, foram respondidos pela reforma proposta pela Lei, porém, ao invés de a reforma trazer modernização e democratização ao ensino superior, trouxe repressão às universidades e despolitização. Só reforçou aquilo que os movimentos temiam, limitou a entrada de classes desfavorecidas às universidades.

Algumas características da reforma no nível superior que merecem aqui ser citadas são:

- Os estudantes ingressariam ao ensino superior por meio de vestibulares;
- As provas de vestibular conteriam conteúdos das disciplinas gerais, do ano de realização e nos próximos anos desde sua publicação;
- Currículo mínimo;
- Cursos de curta duração;
- Habilitações intermediárias.

As três últimas atenderiam aos estudantes trabalhadores. Entretanto, por mais que ocorreram modificações no ensino superior, este nível continuou cumprindo seu papel, tendo cunho capitalista e dando continuidade às divisões das classes sociais. As universidades continuaram elitizadas e recebendo os sujeitos advindos das classes sociais.

2.6 – A Reforma do Ensino de 2º grau/ Ensino Médio

O Ensino técnico profissionalizante foi criado como uma solução que o governo encontrou para desviar o foco do público jovem que buscava se candidatar ao ensino superior e direcionar seu alvo ao mercado de trabalho.

Segundo Carlos, Cavalcante e Neta (2018), com essa reforma no ensino houve uma piora tanto no preparo dos candidatos para a entrada no ensino superior, quanto no próprio ensino médio, chamando a partir de então de 2º grau. Já demonstrando aqui a interferência da economia na educação. Pois, com o

aparecimento do taylorismo/fordismo fez-se necessário o aparecimento de novos modelos educacionais.

Não houve disputas entre o setor privado e público da educação e o projeto da Lei nº 5.692/71 foi apoiado por professores e bem recebido no congresso com total aceitação. Para a constituição da legislação dois grupos distintos modificaram o ensino básico brasileiro.

O primeiro grupo era a Usaid, que propunha uma reformulação apenas para a educação fundamental, denominado 1º ciclo, partia do pressuposto de que a necessidade da indústria era de uma mão de obra com alguma escolaridade e algum tipo de treinamento que desse conhecimento básico ao sujeito sobre as técnicas de produção e com isto haveria o aumento da produtividade. Já o segundo grupo, composto pela Comissão Meira Matos e o GTRU, pensava em sanar o problema da crise estatal gerada pelos excedentes, assim, para eles seria mais interessante reformular o 2º ciclo, antigo ensino médio, denominado na Lei nº 5.692/71 de 2º grau (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p. 90, 2018).

O segundo grupo, tinha o pensamento de modificar o ensino médio para que ele se tornasse profissionalizante e de caráter terminal. A finalidade do ensino de 2º grau é que os estudantes já entrariam no mercado de trabalho com uma profissão reconhecida caso tivessem concluído o ensino profissionalizante.

Segundo Carlos, Cavalcante e Neta (2018, p.90),

Acreditavam que o sujeito com uma profissão, quando concluísse o ensino médio, se contentaria em ingressar no mercado de trabalho e não sentiria estímulo para cursar o ensino superior, pois o nível médio já haveria proporcionado a formação profissional que antes só se obtinha com a conclusão de um curso universitário.

É possível notar ao longo do período militar, o caráter elitista e divisor social no sistema educacional. Enquanto a classe burguesa e média podia e deveria ir para o ensino superior, as camadas mais pobres não teriam possibilidades de ascensão social e teriam que se contentar com lugares sem privilégio algum. Portanto, esse sistema educativo passa a ser um elemento que se articula com o movimento capitalista além de reproduzir as relações sociais de produção de capital.

Os principais objetivos da reforma de 2º grau era treinar, preparar e instrumentalizar o estudante para o mercado de trabalho, combinando com o sistema econômico do período.

Não podemos deixar de citar a Teoria do capital humano, conceito de cunho liberal que foi desenvolvido na década de 1950 a década de 1960 por economistas ingleses e norte-americanos que tinham por preocupação central, tornar a educação e o desenvolvimento econômico compatíveis com a distribuição de renda, de maneira a excluir qualquer questionamento que pudesse ser projetado contra a forma de produção do capital (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p. 91, 2018).

Essa reforma pedagógica condiz muito com a Teoria do capital humano pois, o sistema educacional durante o período militar refletiu a busca por uma educação que contribuísse para o desenvolvimento econômico do país, alinhando-se aos princípios dessa teoria.

De acordo com Souza e Tavares (2014, p. 272), a profissionalização compulsória do ensino de 2º grau acabou sendo desconjurada no início dos anos de 1980.

2.7 – Ensino de 1º grau

O objetivo do 1º Grau ao que hoje chamamos de ensino fundamental II era o de sondar as aptidões dos estudantes e inicia-los ao mercado de trabalho, ou seja, por mais que se tratava de um currículo propedêutico, durante os oito anos de estudos dos estudantes, o ensino de 1º grau teria como direção observar as aptidões laborais dos estudantes facilitando assim o seu ingresso no 2º grau, os direcionando nos cursos técnicos ou inserindo-os já no mercado.

De certa maneira, o ensino de primeiro grau concorda com a Teoria do capital humano, mencionada acima, pois, foi moldado para preparar os estudantes para o ensino de 2º grau e conseqüentemente o mercado de trabalho, oferecendo uma base educacional que atende às demandas específicas da economia.

De uma forma geral, podemos entender que a escola deveria preparar o sujeito para obedecer ao regime militar sem questionamentos ou sequer manifestações contrárias e que principalmente, com a implantação do 2º grau e a promulgação da lei não foi como esperado.

2.8 – Ensino Supletivo

Durante o regime militar, o Ensino Supletivo foi uma modalidade de ensino inovador como parte das reformas educacionais da época. O Ensino Supletivo tinha como objetivo oferecer oportunidades de educação para jovens maiores de 14 anos e adultos que não concluíram sua educação formal na idade regular.

Essa modalidade foi implementada como parte de uma estratégia mais ampla para expandir o acesso à educação e aumentar os índices de escolaridade no país. Houve uma preocupação em promover a ideia de educação como um meio de desenvolvimento nacional e de formação de uma população mais capacitada para contribuir para o crescimento econômico do Brasil.

A Lei nº 5.692/71 normatizou tanto o ensino regular quanto o supletivo. A composição educacional no período era: o ensino regular era composto pelo 1º e 2º graus e ensino superior federal. Já o ensino supletivo, abarcava o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Minerva (educação pelo rádio), televisões educativas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dentre outros (CARLOS, CAVALCANTE e NETA, p.96, 2018).

O Ensino Supletivo foi projetado para ser flexível, atendendo às necessidades daqueles que, por diferentes razões, não puderam completar sua educação formal no tempo regular. Isso incluía trabalhadores, pessoas que precisavam cuidar de suas famílias ou aqueles que, por algum motivo, tinham abandonado a escola. Para possibilitar a conclusão mais rápida do ensino fundamental e médio, os cursos de Ensino Supletivo frequentemente eram oferecidos em formato acelerado. Os estudantes conseguiram avançar mais rapidamente por meio do material curricular, permitindo que concluíssem o programa em um período de tempo mais curto em comparação com a educação regular.

Em alguns casos, o Ensino Supletivo utilizava métodos de educação a distância, como material impresso ou aulas por correspondência. Isso permitiu que os alunos estudassem em casa, adaptando-se às suas especificidades e horários. O foco do Ensino Supletivo era proporcionar uma formação básica, permitindo que os estudantes adquirissem habilidades essenciais de leitura,

escrita e cálculo, além de conhecimentos em disciplinas fundamentais como Português, Matemática, Ciências e História.

O Ensino Supletivo também incluía disciplinas técnicas, que proporcionaram habilidades específicas para o mercado de trabalho. Isso estava em linha com a ênfase mais ampla do governo militar na formação de uma mão de obra desenvolvida para contribuições ao desenvolvimento econômico do país.

A Lei 5.692/71 foi criticada por diversos setores da sociedade, que apontavam seus problemas e limitações, como:

- A falta de participação da comunidade educacional na elaboração e na implementação da reforma, que foi imposta pelo governo militar sem um amplo debate democrático;
- A desvalorização do ensino propedêutico e da formação crítica e cidadã dos discentes, em favor de um ensino tecnicista e pragmático, que atendia aos interesses do regime autoritário e do modelo econômico vigente;
- A precarização das condições de trabalho dos professores, que tiveram seus salários reduzidos, sua autonomia pedagógica cerceada e sua formação inadequada para lidar com as novas exigências curriculares e profissionais;
- A baixa qualidade do ensino profissionalizante, que não oferecia uma formação técnica efetiva nem uma inserção qualificada no mercado de trabalho, além de reproduzir as desigualdades sociais e regionais existentes no país;
- A insuficiência do ensino supletivo, que não garantia uma educação básica de qualidade nem uma equivalência efetiva com o ensino regular.

Além disso,

Os estados não estavam prontos para cumprir com as exigências do ensino profissional, havia escassez de professores para atuar nas diversas áreas de conhecimento, os cursos postos em prática geralmente eram em áreas que não tivessem necessidades de laboratórios ou bibliotecas com materiais específicos para a continuidade das habilitações, como por exemplo: Técnico de contabilidade ou Auxiliar de Contabilidade, Técnico em Administração, Magistério, dentre outros (CARLOS; CAVALCANTE e NETA, p. 96, 2018).

2.9 – A Educação Moral e Cívica

A ideia da regeneração do indivíduo, incorporada pelo positivismo de Augusto Comte, atribuiu aos industriais, no Brasil e assumida pelos militares durante o regime militar.

Na década de 1960, em seu início,

formou-se na Escola Superior de Guerra uma corrente de pensamento que defendia a inclusão dos valores morais e espirituais entre os Objetivos Nacionais Permanentes. O líder dessa corrente foi o general Moacir Araújo Lopes, que veio a ser um dos próceres da Educação Moral e Cívica, chegando a presidente da comissão correspondente do Ministério da Educação. (CUNHA, p. 369, 2014).

Em 12 de setembro de 1969, o regime militar baixou o Decreto-Lei nº 869, visando a inserção da disciplina Educação Moral e Cívica nos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino do país.

A educação moral e cívica (EMC) foi uma disciplina criada pelo regime militar no Brasil, com o objetivo de formar o caráter dos alunos com base nos princípios morais, bons costumes e patriotismo defendidos pelo governo. A disciplina substituiu a filosofia e a sociologia, que eram consideradas subversivas e contrárias aos interesses nacionais.

A EMC era obrigatória tanto no setor público quanto no setor privado e tinha um conteúdo ideológico que exaltava o nacionalismo, o civismo, a obediência às leis e ao Estado, e a valorização da ordem e da disciplina.

Segundo Cunha (2014, p. 370),

apoiando-se nas tradições nacionais, a Educação Moral e Cívica teria por finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Essa disciplina, como já mencionado acima, seria ministrada em todos os níveis de ensino, inclusive na pós-graduação, e, no ensino superior, ela seria ministrada na forma de Estudos de Problemas Brasileiros.

Ela apresentaria programas detalhados para o ensino primário, o ensino médio e o ensino superior, além de suas diretrizes gerais. Conforme Cunha, os conteúdos do primário teriam as seguintes características,

No primário, o conteúdo do ensino deveria estar centrado na “comunidade”, esta categoria mitológica pela qual a direita celebra a coesão social e condena os diferentes e os desviantes – mito do qual a esquerda tem sido, por vezes, prisioneira (CUNHA, p. 371, 2014).

Já no ensino médio, antigos ginásio e colegial,

o conteúdo da disciplina já era mais explicitamente político-ideológico: o trabalho como um direito do homem é um dever social (pelo qual cada um dá a contribuição de que é capaz para fazer funcionar o conjunto da sociedade, sendo a exploração apenas um caso lamentável e excepcional); as principais características do sistema do governo brasileiro (apresentado como democrático, posto a salvo dos “socialistas e dos comunistas” pela “revolução redentora”); a defesa das instituições, da propriedade privada e das tradições cristãs (com a rejeição das ideias exóticas que os agentes da subversão internacional estariam tentando inocular em nosso “povo simples e ingênuo”, para dividi-lo por lutas fratricidas); a responsabilidade do cidadão para com a segurança nacional, isto é, para com a segurança do Estado, aceitando o governo autoritário, inclusive dos militares, que deteriam o monopólio do patriotismo e a clarividência das aspirações do povo brasileiro e dos Objetivos Nacionais Permanentes (CUNHA, p. 371-372, 2014).

A disciplina de Educação Moral e Cívica, imposta pelo regime militar nos ensinos fundamental e médio, tinha um caráter cristão e conservador, enquanto que no ensino superior, ela se baseava na doutrina da segurança nacional e na visão tecnocrática dos problemas do país, além de uma sociologia simplista. A disciplina servia como espaço privilegiado para religiosos e militares lecionarem, principalmente nos cursos superiores. No entanto, alguns professores, com criatividade, conseguiam driblar os programas oficiais e desenvolver com os alunos atividades relevantes de resistência ideológica.

O Ensino Religioso ganhou um status que nunca teve antes com a LDB-96: ele passou a ser “parte integrante da formação básica do cidadão”. Os sistemas de ensino (dos estados e dos municípios) receberam poderes especiais para definirem as normas para a habilitação e a admissão dos professores dessa disciplina. Além disso, foi reconhecido o papel de entidades civis formadas pelas diferentes denominações religiosas.

Existem vários projetos de lei no Congresso Nacional que pretendem trazer de volta a Educação Moral e Cívica para o currículo da educação básica,

com diferentes nomes. Eles têm um componente religioso explícito ou implícito no texto do projeto e/ou na justificativa. Eles compartilham a ideia de que a ética que falta no povo brasileiro é a defendida pelas religiões, principalmente as de origem cristã.

3.0 Livros Didáticos

Os livros didáticos na ditadura militar eram influenciados pela ideologia do regime, que buscava controlar e padronizar o conteúdo e a forma dos materiais pedagógicos.

Os livros didáticos tinham algumas características comuns, como:

- O uso de uma linguagem simples, objetiva e direta, sem espaço para ambiguidades ou interpretações críticas.
- A valorização da ordem, da disciplina, do patriotismo, do progresso e do desenvolvimento nacional, em detrimento da diversidade, da democracia, da participação e da cidadania.
- A omissão ou distorção de fatos históricos e sociais que pudessem questionar ou denunciar as violações dos direitos humanos, a repressão política, a censura, a tortura e os assassinatos cometidos pelo regime militar.
- A apresentação de uma visão positiva e ufanista do Brasil, destacando suas riquezas naturais, sua cultura, sua história e seu papel no cenário internacional, sem abordar os problemas e os conflitos internos do país.
- A adoção de uma perspectiva conservadora e tradicional sobre os valores morais, éticos, religiosos, familiares e sexuais, reforçando os estereótipos de gênero, classe, raça e etnia.
- A ênfase na formação técnica e profissionalizante dos estudantes, em consonância com o modelo econômico desenvolvimentista e a política de segurança nacional do governo.
- Os livros didáticos na ditadura militar, portanto, eram instrumentos de propaganda e de doutrinação, que visavam moldar as mentes e os corações dos jovens brasileiros, de acordo com os interesses e os valores do regime. Eles refletiam e reproduziam a ideologia dominante, que buscava silenciar e apagar as vozes e as memórias dissidentes.

III CAPÍTULO

Os impactos educacionais deixados pelo período militar na atualidade

É certo que a estrutura organizacional que se consolidou durante o período militar se encontra em plena vigência, ou seja, vemos e vivemos com resquícios dessa estrutura.

As marcas produzidas pelo regime militar parecem ainda mais fortes atualmente e difíceis de desenraizar pois, de acordo com Souza; Tavares (2014, p.279),

[...] o reforço que noções simplificadoras da ação educacional dos dirigentes escolares recebem de tempos em tempos, como às vinculadas ao mérito administrativo, aos bônus ou castigos por resultados escolares, aos programas de formação que tomam os diretores escolares como gerentes de quaisquer organizações e à noção de que o diretor é um administrador com o papel de defender a política educacional do governo de plantão.

E é reflexo do que foi vivenciado nos tempos da ditadura. Ainda hoje, encontra-se em boa parte das escolas públicas brasileiras, dirigentes escolares que foram “indicados” por líderes políticos locais (prefeito, vereador, deputado), práticas como essas já existiam antes do período militar, porém se generalizou durante os anos de 1970. .

A política do regime militar para a educação, se mantém como hegemônica e orientou a elaboração da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), promulgada em 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001.

Outro resultado que do regime militar se fez perdurar até os dias atuais conforme Saviani (p. 301, 2008), é o favorecimento da iniciativa privada. Em razão da rápida expansão do setor privado no nível superior, houve crescimento mais moderado no setor público.

É claro ao nosso ver que em vista dos acontecimentos do período e a atualidade, a organização do ensino no Brasil está fadada a ser regulada por regimes autoritários.

A estrutura privada das universidades que nos foi legada pelo regime militar possui as seguintes características:

Acarreta consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime

de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação (SAVIANI, p. 307, 2008).

O período militar também deixou seu impacto na pós-graduação. A decisão de implantar e valorizar a pós-graduação de forma institucionalizada, foi a de modernizar a sociedade brasileira, tornando o desenvolvimento científico e tecnológico uma área estratégica.

Com base no Parecer nº 977 aprovado em 3 de dezembro de 1965 e tendo como exemplo as pós-graduações norte-americanas, a nossa pós-graduação (Stricto sensu) foi organizada centrada em dois níveis hierarquizados, o mestrado e o doutorado. Não é necessário que o primeiro anteceda ao segundo, já que o indivíduo pode fazer a inscrição direta no doutorado, ambos são autônomos. Mas nenhuma instituição de ensino superior no Brasil admite que o estudante ingresse no doutorado sem ter cursado e concluído o mestrado.

Embora implantado no período militar é preciso reconhecer que a pós-graduação promoveu a fusão entre uma estrutura organizacional derivada da influência norte-americana, e seu empenho garantiu um grau satisfatório de densidade teórica, derivada da influência europeia. Isso a constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica, contribuindo para a educação de cunho crítico e alimentando um movimento emergente de propostas pedagógicas dominantes.

O alívio da pressão das instituições públicas (mais verbas e mais vagas) e o crescimento do setor privado no nível superior, fez com essas universidades públicas pudessem>

[...] se concentrar na construção e no equipamento de grande campus, de implementar programas de pós-graduação e pesquisa, assim como enviar professores e estudantes para prosseguir seus estudos no exterior (CUNHA, p. 363, 2014).

Porém, em contrapartida, o empresariado do ensino foi bastante favorecido pela legislação tributária, pois, a isenção fiscal das escolas privadas foi ampliada, e com isso as escolas privadas continuaram gozando de verdadeira imunidade fiscal, ampliando possibilidades de lucros.

Também, é importante destacar, que não foi só o nível superior que sofreu mudanças com o setor privado. A educação básica, sofreu uma importante mudança. De acordo com Cunha (2014, p.364), a experimentação curricular irresponsável e o rebaixamento dos salários dos professores constituíram o eixo dessas políticas.

Não podemos aqui deixar de destacar os fundos públicos, estes criados por decisão estatal para o financiamento expansivo das redes públicas. Em 21 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei nº 5.537, menos de um mês depois do AI-5, já mencionado anteriormente, que criou o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Essa lei, tinha a finalidade de:

reunir recursos financeiros governamentais de diversas fontes e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo para alunos carentes na rede privada (CUNHA, p. 365, 2014).

Enquanto o governo financiava esses recursos, as escolas dariam uma compensação com reserva de vagas para bolsas de estudo, bolsas de manutenção ou de estágio que seriam distribuídas pelo próprio FNDE. Esses fundos acabaram sendo estratégicos para a expansão e a manutenção do setor privado.

Outro resultado da ditadura foi a imposição de uma ideologia autoritária, conservadora e nacionalista, na censura e na repressão aos movimentos sociais e às formas de resistência e contestação. Essa ideologia teve impactos na formação dos alunos, na atuação dos professores e na organização dos espaços escolares, que foram marcados pela disciplina, pela hierarquia e pela uniformização. Esses traços ainda são perceptíveis na cultura escolar brasileira, que muitas vezes reproduz valores e práticas antidemocráticos, excludentes e discriminatórios.

Além disso, Zinet (2016) defende que, a precarização da escola pública e a queda na qualidade do ensino, combinada com a abertura do país ao ensino privado, fortaleceu a migração dos filhos das elites para colégios particulares. E com isso criou-se um paradigma na educação brasileira que se perpetua onde os filhos dos ricos por ter uma educação de maior qualidade, possuem maiores chances de ingressarem em uma universidade enquanto para os filhos de classe média se sujeitam a uma educação de menor qualidade, fortalecendo as desigualdades sociais e educacionais.

Outra herança importante da ditadura civil-militar no Brasil é o recorrente uso de livros didáticos que serviam a um duplo propósito: uniformizar o discurso dos professores na sala de aula, evitando que saíssem do discurso imposto pelo regime militar e servir como guia para os professores que foram levados à sala de aula com pouca formação (ZINET, 2016).

Atualmente ainda podemos ver boa parte das instituições de ensino, principalmente as que seguem o viés tradicionalista do trabalho do professor, ser totalmente guiado pelo livro didático. Nestas escolas os professores precisam seguir rigorosamente os padrões impostos pela escola, ou seja, terminar os livros no prazo certo e ficar engessado aos conteúdos propostos no mesmo, sem chances para atividades mais lúdicas e diversificadas.

Em suma, é evidente que muitas situações e eventos vivenciados no Regime militar refletem até os dias de hoje, e esses impactos se perpetuam na educação brasileira. É preciso ter um olhar crítico frente a essas situações e procurar outras formas de qualificar as escolas públicas brasileiras, até atingir o objetivo principal de todo educador, ensinar com qualidade, driblando as desigualdades e tornando as instituições mais inclusivas.

Para melhor compreensão das medidas adotadas, assim como dos fatos e acontecimentos ocorridos durante o governo militar brasileiro, encontra-se no Anexo desta monografia uma linha de tempo publicado pelo Editor da Revista Estudos Avançados da USP, em 2014.

CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objetivo analisar o projeto político da organização pedagógica da escola de educação básica no período militar, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais e educacionais que marcaram esse contexto. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em fontes primárias e secundárias, que permitiu compreender as características, as contradições e as consequências do regime ditatorial para a educação brasileira.

A partir da revisão da literatura, foi possível identificar os principais elementos que compuseram o projeto político da organização pedagógica da escola de educação básica no período militar, tais como: a subordinação da educação aos interesses do desenvolvimento econômico; a expansão do ensino privado e a redução do papel do Estado como provedor e regulador da educação pública; a imposição de uma ideologia autoritária, conservadora e nacionalista; a censura e a repressão aos movimentos sociais e às formas de resistência e contestação; a reforma constitucional e legal da educação, que alterou a estrutura e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao financiamento e à gestão da educação pública.

Também, foi possível verificar as implicações do projeto político da organização pedagógica da escola de educação básica no período militar para a formação dos alunos, a atuação dos professores e a organização dos espaços escolares, que foram marcados pela disciplina, pela hierarquia e pela uniformização. Foi possível observar também as manifestações de resistência e de crítica ao modelo educacional imposto pela ditadura, que emergiram tanto no interior quanto no exterior das escolas, expressando as demandas por uma educação democrática, popular e emancipatória.

A partir da síntese dos resultados, foi possível concluir que o projeto político da organização pedagógica da escola de educação básica no período militar teve um impacto profundo e duradouro na educação brasileira, que ainda hoje reflete os traços e as marcas desse período histórico. Foi possível constatar

também que o projeto político da organização pedagógica da escola de educação básica no período militar não foi homogêneo nem estático, mas sim dinâmico e contraditório, revelando as tensões e os conflitos entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que participaram da construção e da disputa pelo sentido e pelo destino da educação brasileira.

Por fim, a presente monografia contribuiu para ampliar meu conhecimento sobre o tema proposto, bem como para problematizar e questionar as concepções e as práticas educacionais vigentes na atualidade, que ainda carregam as influências e os desafios do legado da ditadura nas escolas. Espera-se que este trabalho possa estimular novas pesquisas e reflexões sobre a educação brasileira, que busquem compreender o seu passado, analisar o seu presente e projetar o seu futuro, tendo como horizonte a construção de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. **Emílio Médici: Biografia e Governo**. Toda Matéria, 2023. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/emilio-medici/>>. Acesso em: 06, out. 2023.

BEZERRA, Juliana. **João Baptista Figueiredo**. Toda matéria, 2023. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/joao-baptista-figueiredo/>>. Acesso em: 06, out. 2023.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; DA SILVA, Romeu Adriano. **A administração escolar no período do governo militar (1964-1984)**. Revista Histedbr online, n.especial, p.124-139, ago.2006.

CLIPPING BLOG. **Série Diplomacia & Relações Internacionais: Atos Institucionais | Resumo**, 2022. Disponível em: < <https://blog.clippingcacd.com.br/cacd/atos-institucionais/>>. Acesso em: 08, out. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **O legado da ditadura para a educação brasileira**. Educ. Soc., Campinas, v.35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMIDES, Fernanda de Paula. **Representações de cidadania nos livros didáticos de educação moral e cívica durante o regime militar brasileiro (1964-1985)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2015.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura militar e educação: uma análise do Centro Cívico Escolar (1971 1986)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, 2011.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2013.

JUNIOR, João Pitella. **Os presidentes do Brasil**. Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/93692-os-presidentes-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 06, out. 2023.

LIMA, Marcos Eduardo Gomes de. **A reforma da educação e a instituição do vestibular na ditadura militar brasileira: um caso de "revolução passiva"?**. Dissertação (Pós-graduação em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

Estudos Avançados, Scielo. **Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985)**. Texto da Catálogo da Exposição "Resistir é preciso", apresentada pelo Ministério da Cultura e Instituto Vladimir Herzog, e patrocinada e apresentada pelo Banco do Brasil de 12 de outubro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, em São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/gGbXn3PYHf9XC6DppTVNqmP/?lang=pt>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar: 1964 – 1978**. Tese (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018.

PINHEIRO, Claudio. **Educação e Ditadura Militar: Relatos da história oficial e a memória de professores (1964-1985)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SABINO, Vandeicol Salviano. **Alfabetização de jovens e adultos no período militar: o MOBRAL segundo alguns críticos e egressos**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. **Almas integradas: Política educacional, Educação Moral e Cívica e formação do cidadão na ditadura militar (Brasil-1964/1974)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cad.Cedes, Campinas, vol. 28, n.76, p. 291-312, set/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. **Conhecimento e conscientização: a historicidade do pensamento de Paulo Freire**. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar de 1964**. História do Mundo, 2023. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>>. Acesso em: 03, out. 2023.

SILVA, Joyci Viegas de Freitas. **Ditadura militar no Brasil: a consciência histórica de estudantes de uma escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, 2022.

Souza, Ângelo Ricardo de; Tavares, Taís Moura. **A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura**. Ed. RBPAAE – v.30, n.2, p. 269-285, mai./ago. 2014.

TODA MATÉRIA. **Costa e Silva**, 2023. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/costa-e-silva/>>. Acesso em: 03, out. 2023.

TODA MATÉRIA. **Ernesto Geisel**, 2023. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/ernesto-geisel/>>. Acesso em: 06, out.2023.

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?**. Centro de Referências em Educação Integral, 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>>. Acesso em: 06, nov. 2023.

ANEXO

Editorial. Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985). *Estudos Avançados*. Vol. 28, N. 80, 2014. USP

Parte 1 – 1960-1975

Da democracia à ditadura

No fim dos anos 1950, o Brasil vive um estado de quase euforia. Economia aquecida, industrialização, desenvolvimentismo. Cultura em alta em todas as frentes – artes visuais, música, teatro, cinema. Justiça social na pauta – eleições livres, lutas no campo e nas cidades. A inauguração de Brasília condensa as esperanças que estão no ar. O sonho de um país mais rico e mais justo parece estar ao alcance das mãos.

1960

Em Cuba, instala-se o governo revolucionário, que havia chegado ao poder em 1959, liderado por Fidel Castro e Che Guevara. A conquista inspiraria jovens revolucionários do mundo todo.

Na África, as lutas pela descolonização promoveram a formação de vários estados independentes.

- Argélia conquistaria a independência em 1962, após oito anos de luta contra a França.
- Senegal declara-se independente em 1960.
- Congo torna-se independente da Bélgica em 1960.

A pílula anticoncepcional é lançada, dando início à chamada "revolução sexual".

Brasília é inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Nasce uma Estrela. Manchete da revista *Mundo Ilustrado* em reportagem sobre a inauguração de Brasília.

Jânio Quadros é eleito presidente da República, com 5,6 milhões de votos – 48% do total. João Goulart é seu vice. A posse presidencial ocorre no início do ano seguinte.

"De forma que, certo dia

À mesa, ao cortar o pão

O operário foi tomado

De uma súbita emoção

Ao constatar assombrado

Que tudo naquela mesa

– Garrafa, prato, facão –

Era ele quem os fazia

Ele, um humilde operário,

Um operário em construção."

Versos do poema "O operário em construção", de Vinícius de Moraes.

1961

Fracassa a invasão de Cuba por forças paramilitares apoiadas pelos EUA na Baía dos Porcos.

Cuba é o primeiro país da América Latina declarado socialista.

Os cubanos celebram a vitória militar sobre os invasores

1961

O Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria, é erguido.

Gagarin, primeiro cosmonauta a viajar para o espaço, declara: "A Terra é azul".

Agosto

Jânio Quadros renuncia: os ministros vetam a posse de João Goulart, que está em visita à China. Leonel Brizola cria a Campanha da Legalidade em favor da posse de Goulart.

Setembro

O vice João Goulart assume a Presidência, após aceitar a imposição do parlamentarismo pelos militares: Tancredo Neves é o primeiro-ministro.

O Centro Popular de Cultura (CPC), vinculado à UNE, é criado.

A Universidade de Brasília (UnB) é criada.

1962

A crise dos mísseis em Cuba leva o mundo à beira de um conflito nuclear entre os Estados Unidos e União Soviética: uma das consequências do embate é a chegada da Guerra Fria à América Latina.

Os Beatles lançam seu primeiro disco, *Love me Do*.

Os Rolling Stones estreiam.

O Concílio Vaticano II começa, convocado pelo papa João XXIII.

O 13° salário é criado.

O Ministério do Planejamento é criado, tendo Celso Furtado como ministro.

A Ação Popular (AP), organização de esquerda católica, é fundada.

O Brasil é bicampeão mundial de futebol em torneio no Chile.

Garota de Ipanema é composta por Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

O pintor Portinari morre.

O pagador de promessas ganha a Palma de Ouro no Festival de cinema de Cannes.

1963

Começa a intervenção militar dos EUA no **Vietnã**.

John Kennedy é assassinado no Texas, EUA. Lyndon Johnson, o vice-presidente, assume.

O papa João XXIII morre.

Martin Luther King lidera a marcha contra a discriminação racial em Washington. Em discurso, afirma: "**Eu tenho um sonho**".

Um plebiscito restabelece o regime presidencial. O "Não" ao parlamentarismo vence com 80% dos votos.

Carlos Lacerda defende um golpe militar contra Jango.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) é criado.

Ieda Maria Vargas é eleita **Miss Universo**.

Ganga Zumba, rei dos Palmares, filme de Cacá Diegues, é lançado, baseado em livro de João Felício dos Santos, publicado no ano anterior.

Vidas secas, filme dirigido por Nelson Pereira dos Santos e baseado no romance de Graciliano Ramos, é lançado.

1964

Mao Tsé-tung discursa contra o "social-imperialismo" russo; tornam-se tensas as relações entre **China e a União Soviética**.

Pesquisa realizada em oito capitais mostra que 72% **dos brasileiros consideram necessária a reforma agrária**.

Os fuzis, filme de Ruy Guerra, ganha o Urso de Prata em Berlim.

Deus e o Diabo na Terra do Sol, filme de Glauber Rocha, é lançado e se torna um marco do cinema novo.

Pif-Paf, revista dirigida por Millor Fernandes, é lançada.

Cronologia do Golpe

13 de março. Comício por reformas de base na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

19 de março. Marcha da Família com Deus pela Liberdade contra o governo de João Goulart, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

27 de março. Cerca de dois mil marinheiros realizam assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro exigindo a destituição do ministro da Marinha. Enviada para reprimi-los, **uma tropa de fuzileiros navais adere à rebelião**.

30 de março. João Goulart discursa no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, numa assembleia de sargentos, em defesa das **reformas de base**.

31 de março. Tem início em Minas Gerais o golpe militar para destituir Goulart. O general Mourão Filho comanda as tropas rumo ao Rio de Janeiro.

1º de abril. A maioria dos comandos militares adere ao golpe.

É depredada e incendiada a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro.

É invadida a Universidade de Brasília (UnB).

2 de abril. Goulart sai de Brasília; dois dias depois, exila-se no Uruguai; por algum tempo, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, ocupa a Presidência da República.

Uma junta militar assume o controle do país.

9 de abril. O primeiro Ato Institucional é decretado. A Constituição de 1946 e o Congresso são mantidos, mas são feitas várias modificações, entre as quais a suspensão das imunidades parlamentares. Ela estabelece a eleição indireta de presidente da República e o Comando Supremo da Revolução fica autorizado a cassar mandatos e a suspender direitos políticos por dez anos. Sai a primeira lista de cassados com 102 nomes.

11 de abril. O general Castelo Branco é eleito presidente em votação indireta no Congresso.

Mai. O Brasil rompe relações diplomáticas oficiais com Cuba.

Junho. O Congresso aprova a Lei Antigreve, tornando quase impossível para os trabalhadores realizarem paralisações.

Junho. São firmados vários acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United Agency for International Development (Usaid) para prestar assistência técnica e financeira à educação brasileira.

Junho. O governo cria o Serviço Nacional de Informações (SNI), comandado pelo general Golbery do Couto e Silva.

Julho. São realizadas prisões em massa em sindicatos. Operários, funcionários públicos e militares são demitidos. A repressão atinge artistas, intelectuais e jornalistas. Generaliza-se a prática da tortura contra opositores da ditadura.

Julho. Castelo Branco suspende por dez anos os direitos públicos de 337 pessoas, inclusive dos ex-presidentes da República Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, seis governadores estaduais e mais de 50 deputados federais e senadores, além de líderes operários, intelectuais e funcionários públicos.

Outubro. Desde o início da vigência do primeiro ato institucional, 4.454 pessoas sofreram sanções, sendo que 2.757 delas eram militares.

Novembro. Golpe militar na Bolívia leva ao poder o general René Barrientos.

A Lei n.4464, conhecida como **Lei Suplicy**, coloca na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE), que passam a atuar na clandestinidade: todos os órgãos de representação estudantil ficam submetidos ao MEC.

Dezembro. O show *Opinião* estreia no Rio de Janeiro, com Nara Leão, Zé Ketí e João do Vale, uma das primeiras manifestações artísticas de denúncia da ditadura.

"Podem me prender,

Podem me bater

Podem até deixar-me sem comer

Que eu não mudo de opinião.

Daqui do morro eu não saio não."

Versos de Opinião, samba de Zé Keli que deu nome ao show.

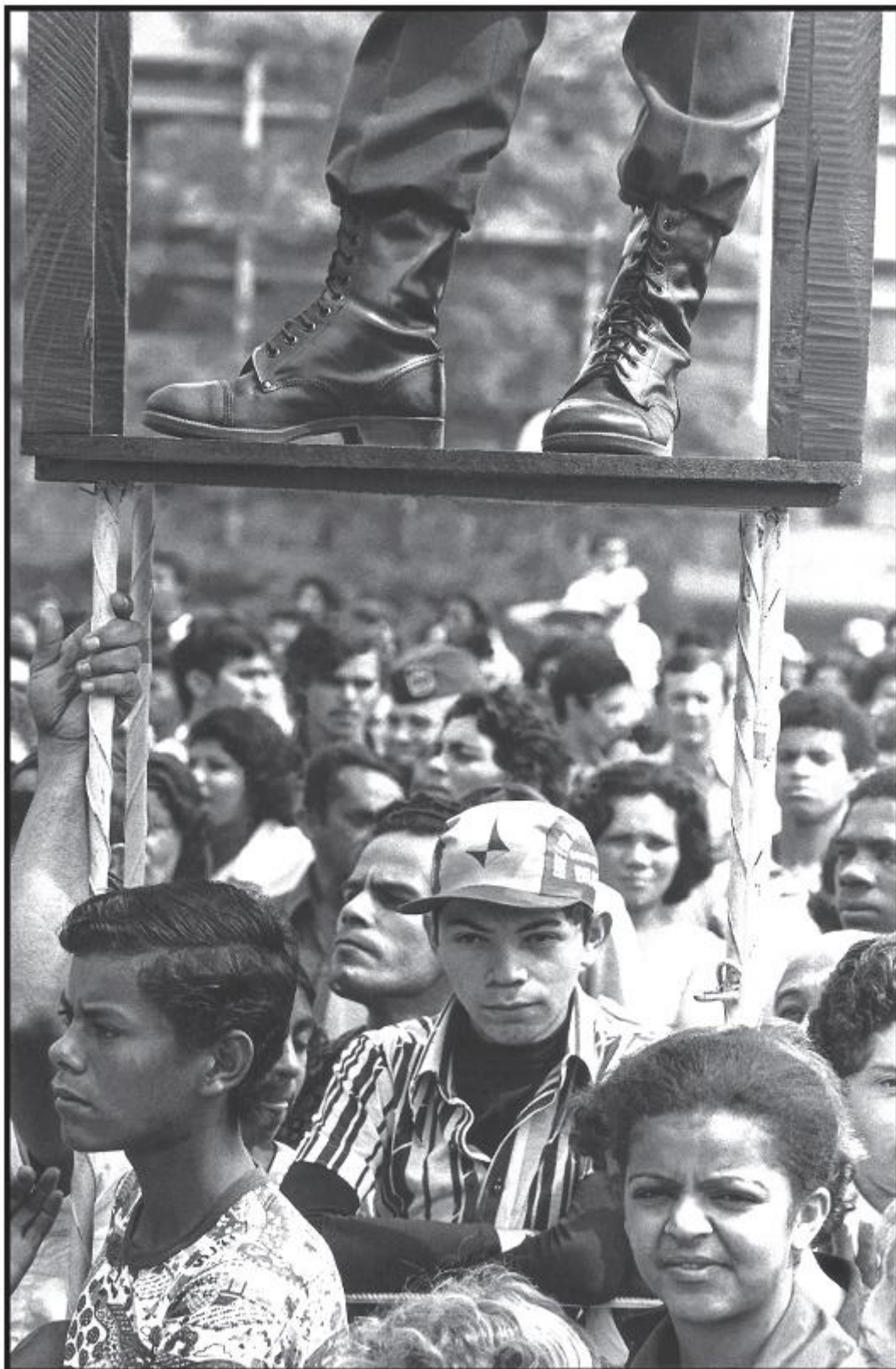


Foto Orlando Brito

Parada militar, 1971.

1965

Invadida a República Dominicana pelos EUA, com apoio de tropas do exército brasileiro.

Assassinado Malcolm X, defensor dos direitos civis dos negros americanos.

Bob Dylan grava a canção *Like a Rolling Stone*.

Janeiro. O Fundo Monetário Internacional (FMI) concede crédito de US\$ 125 milhões ao Brasil.

Março. Intelectuais brasileiros lançam manifesto exigindo o restabelecimento das liberdades democráticas e dos direitos individuais.

Abril. Manifestações de protesto contra o envio de tropas brasileiras à República Dominicana ocorrem em diversas capitais.

Outubro. Fechada a UnB, depois de ser invadida pela polícia oito dias antes: professores e estudantes são presos.

Outubro. Castelo Branco decreta o **Ato Institucional nº 2**, que dissolve os partidos, torna indireta a eleição de seu sucessor e institui o bipartidarismo: Arena, partido de apoio ao governo, e MDB, de oposição consentida. Os crimes políticos passam a ser julgados pela justiça militar.

Arena conta Zumbi estreia, com direção de Augusto Boal.

Arrastão, de Edu Lobo e Vinícius de Moraes, vence o 1º Festival da Canção da TV Excelsior.

A TV Globo vai ao ar.

O *Parangolé* é criado por Hélio Oiticica.

"É um tempo de guerra

É um tempo sem sol."

Versos da canção "*Tempo de guerra*", da peça *Arena conta Zumbi*, composta por Edu Lobo.

1966

Revolução Cultural na China.

O *Livro Vermelho* de Mao havia começado a circular pelo mundo em 1964 e tornou-se provavelmente a obra do século 20 que alcançou maior circulação, com tiragem de centenas de milhões de exemplares. Composto de uma série de máximas revolucionárias, uma das mais célebres é:

"Comunismo não é amor; comunismo é um martelo com o qual se golpeia o inimigo".

A minissaia é lançada por Mary Quant em Londres, causando impacto na moda e nos costumes.

As exposições **Opinião 66**, no Rio, e **Propostas 66**, em São Paulo, consolidam uma nova geração de artistas visuais.

No Festival de Música da TV Record, dividem o primeiro prêmio **A Banda**, de Chico Buarque, e **Disparada**, de Geraldo Vandré.

No Rio de Janeiro, o Grupo Opinião monta espetáculo com texto de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar e título provocativo: "**Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come**".

Morte e Vida Severina é encenada em São Paulo, baseada em um poema de João Cabral de Melo Neto, com música de Chico Buarque.

Fevereiro. O Ato Institucional nº 3 é decretado, são instituídas eleições indiretas para os governos de estados e das capitais.

Março. Manifestações de protestos são organizadas por estudantes no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte, espalhando-se por diversas cidades do país.

Junho. Golpe militar na Argentina coloca o general Juan Carlos Onganía no poder.

Julho. Bomba explode no Aeroporto de Recife, onde pousaria o avião em que viajava a comitiva de Costa e Silva, candidato à sucessão de Castello Branco: o atentado é realizado por militantes da Ação Popular (AP).

28 julho a 2 agosto

O28º Congresso da UNE é realizado na clandestinidade, no porão da igreja São Francisco de Assis, em Belo Horizonte: o mineiro José Luis Moreira Guedes é eleito presidente da entidade; é aprovada posição contra os acordos MEC-Usaid.

Setembro. Invasão a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro; cerca de 600 estudantes são confinados no campo do Botafogo e espancados pela Polícia Militar, numa agressão que ficou conhecida como Massacre da Praia Vermelha.

Outubro. Costa e Silva é eleito presidente da República pelo Congresso; o marechal tomara posse em março de 1967.

Novembro. A Frente Ampla contra a ditadura militar é organizada pelos políticos Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Dezembro. Um projeto de Constituição é divulgado pelo presidente Castello Branco; sua tramitação pelo Congresso é regulamentada pelo Ato Institucional nº 4, promulgado por ele.

1967

Em Nova York, em manifestação no Central Park, meio milhão de americanos protestam contra a Guerra do Vietnã.

No Oriente Médio, a Guerra dos Seis Dias opõe Israel à Síria, Jordânia e Egito.

Na Nicarágua, a guerrilha sandinista começa a luta que derrubaria o ditador Somoza em 1979, depois de ficar 43 anos no poder.

Che Guevara é morto na Bolívia, pondo fim ao sonho do guerrilheiro de liderar uma nova revolução na América Latina, depois da vitória em Cuba.

A Navalha na carne, peça de Plínio Marcos, é encenada em São Paulo e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, quando seria proibida pela censura.

O rei da vela, de Oswald de Andrade, é encenada no Teatro Oficina, com direção de José Celso Martinez Correa.

Terra em transe, filme de Glauber Rocha, estreia.

O **Festival de Música da TV Record** faz grande sucesso mais uma vez e consolida uma geração de artistas que se tornariam referências da música popular brasileira das décadas seguintes, entre os quais se destacam Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Alegria, alegria, de Caetano Veloso, e **Domingo no parque**, de Gilberto Gil, duas das canções premiadas do Festival, lançam as bases do **Movimento Tropicalista**.

"A gente quer ter voz ativa

No nosso destino mandar

Mas eis que chega a roda-viva

E carrega o destino pra lá"

Versos de **Roda viva**, de Chico Buarque, uma das canções premiadas no Festival de Música da TV Record.

De janeiro a março. A ditadura promulga a nova **Constituição**, a nova **Lei de Imprensa**, que estabelece fortes restrições à liberdade de informação e expressão, e a nova **Lei de Segurança Nacional**.

Março. **Costa e Silva** e o deputado Pedro Aleixo são empossados na Presidência e Vice-Presidência da República.

Abril. O Exército desbarata a **guerrilha de Caparaó**, região de fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Maior. É criado o **Centro de Informações do Exército**: ao lado do **Centro de Informações da Marinha** (Cenimar), teria forte atuação na repressão aos opositores da ditadura.



Foto Orlando Brito

Parada militar, 1973.

Julho. O ex-presidente **Castelo Branco** morre em acidente aéreo.

Agosto. O 29º Congresso da UNE é realizado na clandestinidade, em Valinhos (SP), Luis Travassos é eleito presidente da entidade.

1968

Assassinado Martin Luther King, líder do movimento negro americanos.

Massacre de Tlatelolco: mais de 200 pessoas são mortas em manifestação estudantil na Cidade do México.

Reprimido o movimento pela democratização da Checoslováquia, conhecido como Primavera de Praga, por tropas do Pacto de Varsóvia.

Tropicália é lançado: o disco torna-se o principal manifesto do movimento tropicalista.

Euryclides de Jesus Zerbini e Luis Decourt realizam o **primeiro transplante de coração** no Brasil, a sexta cirurgia desse tipo no mundo.

Mai 1968

Em Paris, **estudantes** tomam a Sorbonne e enfrentam a polícia; operários em greve ocupam fábricas. Protestos de estudantes agitam diversos países.

"Sejamos realistas; exijamos o impossível."

Palavras de ordem pichadas nos muros de Paris.

Fevereiro. Manifestação de protesto contra a censura é realizada na Cinelândia, região central do Rio de Janeiro.

Março. O estudante Edson Luís é morto pela Polícia Militar durante invasão do Calabouço, restaurante estudantil/popular no Rio de Janeiro.

Abril. Determinada a apreensão de livros, jornais e outras publicações consideradas subversivas, e proibida a Frente Ampla por portaria de Costa e Silva.

Mai. Manifestantes dissolvem comemoração oficial do Dia do Trabalho na Praça da Sé, no centro de São Paulo.

26 de junho. A Passeata dos 100 Mil no Rio de Janeiro, é a maior manifestação de protesto ocorrida no país desde o golpe militar de 1964.

Greves de operários ocorrem nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP); nessa última, a polícia desocupa as instalações da Cobrasma e prende 400 metalúrgicos.

Julho. Agressão aos atores da peça *Roda viva*, em São Paulo; em seguida, o teatro é depredado por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

29 de agosto. Invasão da UnB pela Polícia Militar, que espanca e prende alunos e professores da Universidade.



Foto Evandro Teixeira

Agressão policial durante a Passeata dos Cem Mil no dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro.



Foto Evandro Teixeira

Vítima da violência da polícia é socorrida na Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro.



Foto Evandro Teixeira

Estudante é perseguido e cai na calçada diante do Teatro Municipal, na Cinelândia, no Rio, em 1968.



Foto Evandro Teixeira

Veículo é incendiado durante manifestação de protesto contra a ditadura na cidade do Rio de Janeiro.

Setembro. **Geraldo Vandré** empolga o Maracanãzinho interpretando sua canção *Pra não dizer que não falei das flores*, também conhecida como *Caminhando*, no III Festival Internacional da Canção.

"Vem, vamos embora

Que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora

Não espera acontecer"

Versos da canção *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré.

2 de setembro. Diante das frequentes notícias de tortura, Márcio Moreira Alves, deputado pelo MDB, pergunta em discurso na Câmara: "**Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?**". Os militares reagem pedindo ao Congresso Nacional que o parlamentar seja processado.

Outubro. Conflito na rua Maria Antonia, opondo estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, estes com apoio do Comando de Caça aos Comunistas (CCC); morre o secundarista José Guimarães e a polícia depreda o prédio da USP.

12 de outubro. São presos mais de 900 estudantes durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP); entre eles estão as principais lideranças estudantis: Luis Travassos, presidente eleito da entidade, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc von der Weid.

Novembro. O Conselho Superior de Censura é criado pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, estabelecendo novas regras de censura para peças teatrais e cinematográficas.

12 de dezembro. Negada licença pela Câmara dos Deputados para que o governo processasse Márcio Moreira Alves.

Dezembro. Atentados a bomba são realizados contra os teatros Opinião e Gláucio Gil, no Rio de Janeiro.

13 de dezembro. Baixado o AI 5: o ato institucional suspende o *habeas corpus* e determina que o Congresso pode ser fechado pelo presidente da República; promulgado sem previsão de prazo de vigência, ele permite cassar mandatos de parlamentares e suspender direitos políticos, assim como demitir ou aposentar servidores públicos.

Aumenta a censura aos meios de comunicação.

São aposentados compulsoriamente vários professores da USP, entre os quais, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Ações de organizações de **luta armada** multiplicam-se pelo país. As forças da repressão dão início a uma caça sistemática dos líderes, entre os quais **Marighela** é um dos principais nomes.

1969

O Festival de Woodstock reúne 500 mil pessoas ao ar livre durante três dias em uma pequena cidade localizada nos arredores de Nova York.

A chegada do homem à Lua é o lance mais espetacular da corrida espacial entre os EUA e a URSS, uma das muitas manifestações da Guerra Fria; a caminhada dos astronautas americanos em solo lunar é transmitida ao vivo em rede mundial.

A atriz Leila Diniz concede entrevista irreverente ao semanário *O Pasquim*, que a publica mantendo o tom coloquial. A prática influenciaria a linguagem jornalística, tornando-a mais informal.

O Jornal Nacional, da TV Globo, vai ao ar pela primeira vez

"Todo o povo brasileiro – Aquele abraço!"

Verso final da canção *Aquele abraço*, de Gilberto Gil quando embarca para o exílio em Londres.

O capitão Carlos Lamarca abandona o quartel em Quitaúna (SP), levando consigo armas e munições, e abraça a luta armada.

Janeiro. Onda de cassações tem início com base no decreto de 30 de dezembro de 1968, atingindo parlamentares e ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar.

Fevereiro. Eleições parciais são suspensas pelo Ato Institucional nº 7. É baixado o Decreto nº 477 que prevê punições, inclusive expulsão para professores, alunos e funcionários de escolas públicas envolvidos em atividades consideradas subversivas.

Julho. Criada a Oban, órgão patrocinado por empresários e vinculado ao II Exército de São Paulo, que se torna um dos mais violentos braços da repressão política. Em suas dependências, era corrente a prática da tortura, o assassinato e o desaparecimento de cidadãos que resistiam à ditadura.

Agosto. Costa e Silva deixa a Presidência, vítima de um acidente vascular cerebral. Em vez de vice-presidente civil, quem assume é uma junta militar composta dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Transmissores da **Rádio Nacional** são tomados por militantes da Aliança Libertadora Nacional, em São Paulo, que divulgam manifesto de Carlos Marighella.

Setembro. O governo decreta medidas que endurecem ainda mais o combate a seus opositores. O Ato Institucional nº 13 permite o banimento dos brasileiros considerados perigosos à segurança nacional – os primeiros atingidos são presos libertados em troca do embaixador americano; o Ato Institucional nº 14 prevê pena de morte ou prisão perpétua em casos de "guerra revolucionária e subversiva".



Foto Evandro Teixeira

Corre-corre para fugir de perseguição policial durante manifestação de protesto no Rio de Janeiro.



Foto Evandro Teixeira

Repressão em frente à Igreja da Candelária durante a missa do estudante assassinado Edson Luís.

Sequestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, numa operação conjunta da ALN e do MR8. O governo cede às exigências de publicar na imprensa um manifesto contra a ditadura e libertar 15 presos políticos. O fato ganha repercussão na imprensa internacional.

Novembro. Assassinado Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional, numa emboscada preparada pelo delegado Sérgio Fleury, do Dops, em São Paulo.

Para denunciar no exterior os crimes da ditadura, é criada a Frente Brasileira de Informações, uma iniciativa de Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves.

1970

Salvador Allende é eleito presidente do Chile em votação livre e democrática.

O Brasil ganha o tricampeonato mundial de futebol no México. A conquista é usada pelo governo em campanhas ufanistas, como a do adesivo "Brasil, ame-o ou deixe-o".

Chico Buarque compõe *Apesar de você* e a canção torna-se um símbolo da resistência à ditadura.

A Rodovia Transamazônica começa a ser construída, mais uma das grandes obras promovidas pelo governo. "Este é um país que vai pra frente" é o tema da propaganda ufanista da ditadura.

Janeiro. Para apoiar a repressão aos opositores da ditadura, o Exército cria os Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (Codi).

A censura prévia de livros e periódicos é oficializada pelo Decreto nº 1077.

Março. Sequestro do cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okishi, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); o governo cede à exigência de libertação de cinco presos políticos, que são enviados para o México e banidos.

Mai. O tripé de repressão política da ditadura se completa com a criação do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa); os outros dois órgãos integrantes do aparato repressivo são os já existentes Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Junho. Sequestro do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, no Rio de Janeiro, pela ALN e pela VPR; o governo cede à exigência de libertação de 40 presos políticos.

Outubro. Assassinado Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Marighella no comando da Ação Libertadora Nacional, sob tortura, em São Paulo.

Dom Paulo Evaristo Arns é o novo arcebispo de São Paulo; nos anos seguintes, ele teria papel relevante na resistência às arbitrariedades da ditadura.

Novembro. Dilma Rousseff é interrogada em um tribunal militar no Rio de Janeiro. Ela permanecerá presa até 1973.

Dezembro. Sequestro do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, no Rio de Janeiro, pela ALN e pela VPR; o governo cede à exigência de libertação de 70 presos políticos.

"O sequestro é o *habeas corpus* que nos tiraram."

Sobral Pinto, jurista e advogado de presos políticos.

1971

Mais um golpe militar na América Latina: o general Hugo Banzer derruba, com o apoio da ditadura brasileira, o presidente boliviano Juan José Torres, militar nacionalista.

"Tudo certo como dois e dois são cinco."

Verso da canção Como dois e dois, de Caetano Veloso, composta durante o exílio em Londres.

Janeiro. Condenado à morte pela Justiça Militar, Teodomiro Romeiro, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, tornando-se o primeiro sentenciado à pena capital no país durante o período republicano; posteriormente, o Superior Tribunal Militar transformaria sua pena para prisão perpétua.

O ex-deputado Rubens Paiva é preso em sua casa no Rio de Janeiro pelo Cisa e levado ao Comando da III Zona Aérea; transferido na mesma data para o quartel do DOI, é torturado e morto. Paiva integra a lista de 200 desaparecidos políticos durante a ditadura militar.

Fevereiro. Ulysses Guimarães assume a presidência do MDB, único partido de oposição aceito pelo governo.

Abril. Morto o industrial Henning Albert Boilesen, em São Paulo, por um comando do Movimento Revolucionário Tiradentes e da Ação Libertadora Nacional, acusado de financiar a repressão política e participar de sessões de tortura.

Setembro. Assassinado Carlos Lamarca, um dos líderes da luta armada contra a ditadura, durante operação do Exército no sertão da Bahia.

Novembro. Oficializada a prática de baixar decretos secretos pelo presidente da República. Médici lança o primeiro deles.

1972

Surge o Movimento Custo de Vida, articulação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica; mais tarde, ele se tornaria o Movimento Contra a Carestia.

As Forças Armadas iniciam combate à guerrilha do Araguaia, promovida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nos limites dos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás.

"Subscrevo-me humilhado."

Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde e de O Estado de S. Paulo, em carta ao ministro da Justiça, protestando contra a situação política do país.

A canção *Pátria Amada, Idolatrada, Salve-Salve*, composta por Geraldo Vandré e cantada pelo músico exilado Manduka, vence o Festival Internacional da Canção de Agua Dulce, no Peru.

A Associação Interamericana de Imprensa condena a falta de liberdade de comunicação no Brasil, em declaração divulgada após reunião em Santiago, no Chile.

A ditadura torna indireta a eleição de governadores estaduais, a realizar-se em 1974.

A Anistia Internacional divulga nomes de 472 torturadores e 1.081 torturados, em relatório sobre a violação de direitos humanos no Brasil.

1973

Crise mundial do petróleo.

Golpe de Estado no Uruguai.

Golpe militar depõe Allende da presidência do Chile. Tem início a sangrenta ditadura do general Augusto Pinochet. O poeta Pablo Neruda morre; o músico Víctor Jara é assassinado no Estádio Nacional, em Santiago, local usado como prisão de opositores da ditadura.

A censura à imprensa aumenta ainda mais:

O jornal *Opinião*, da imprensa alternativa, passa a ser submetido a censura prévia.

O *São Paulo*, jornal editado pela Arquidiocese de São Paulo, começa a ser censurado.

O *Estado de S. Paulo* passa a publicar trechos do poema *Os Lusíadas* nos espaços das matérias censuradas.

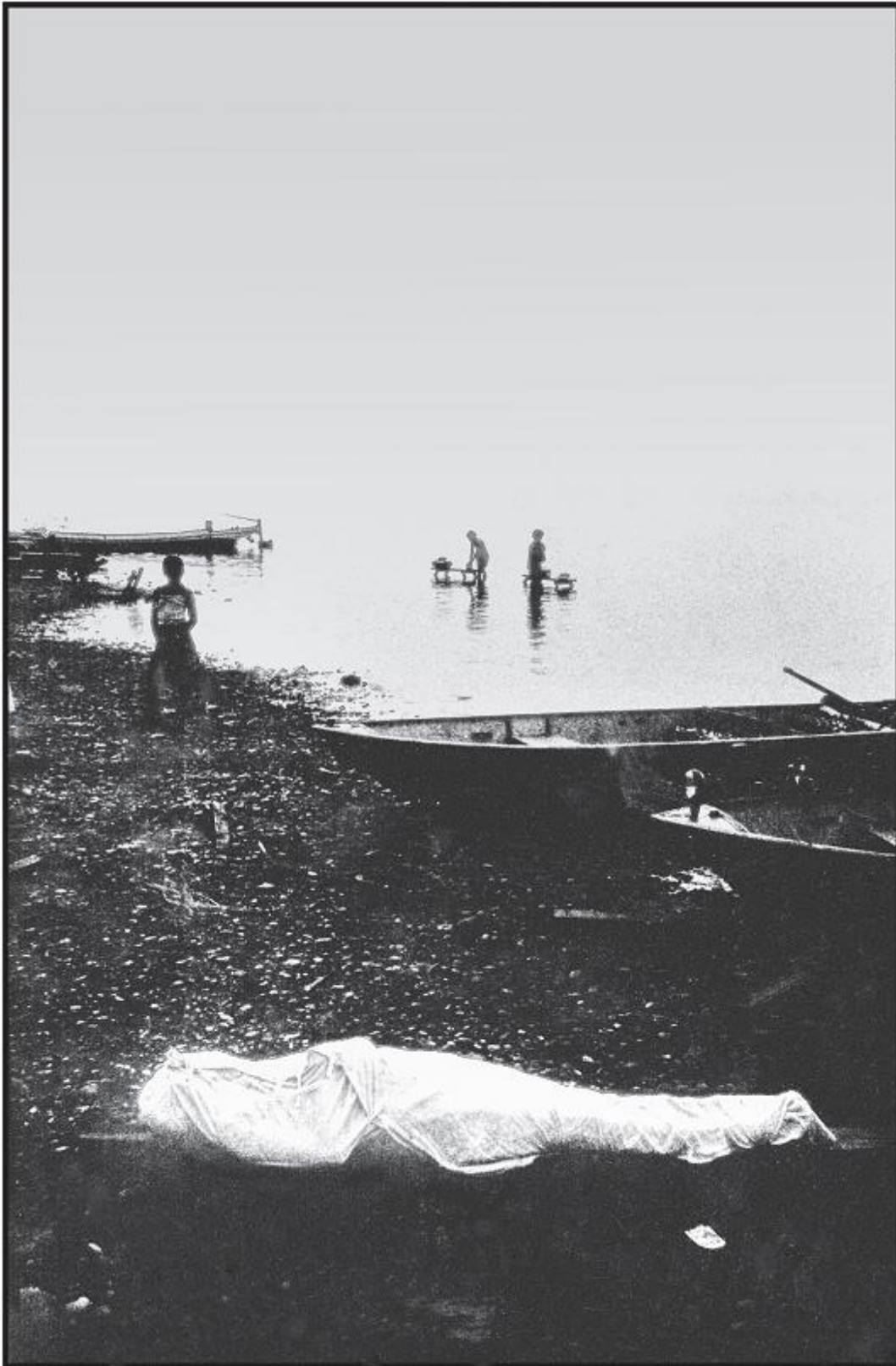
O *Jornal da Tarde* adota procedimento análogo, colocando receitas de comidas no lugar dos textos vetados pela censura.

Ulysses Guimarães é o "anticandidato" lançado pelo MDB nas eleições indiretas para presidente da República.

Calabar, peça de Chico Buarque e Ruy Guerra, é proibida pela censura.

"Eu sou a mosca que pousou em sua sopa."

Verso da canção ***Mosca na sopa***, de Raul Seixas.



Rio Araguaia, 1972.

Terceira campanha do Exército contra a guerrilha do Araguaia, no fim do ano, a guerrilha deixa de existir como força organizada.

Assassinado Alexandre Vannunchi Leme, estudante da USP; a repressão monta uma farsa, alegando que a morte teria ocorrido após uma fuga seguida de atropelamento. A missa em sua memória, realizada em setembro na Catedral da Sé, em São Paulo, transforma-se em ato público contra a ditadura.

1974

Em Portugal, a Revolução dos Cravos põe fim à ditadura salazarista, que estava no poder havia mais de quatro décadas. As colônias portuguesas na África tornam-se independentes.

"Eleições. E agora?"

Manchete do jornal da imprensa alternativa Opinião, de 29 de novembro de 1974.

Para julgar os crimes da ditadura brasileira, instala-se em Roma, sob a coordenação de Lelia Basso, o Tribunal Russell 2, nome dado em homenagem ao filósofo Bertrand Russell, falecido quatro anos antes.

Janeiro. O general Ernesto Geisel é eleito presidente por um colégio eleitoral composto por membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas dos estados. O general Golbery do Couto e Silva seria seu principal interlocutor nos cinco anos de mandato.

Março. Início de onda repressiva contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em todo o país, centenas de militantes são levados à prisão e à tortura; mais de uma dezena de seus dirigentes desaparece.

Agosto. Uma abertura política "lenta, gradual e segura" é anunciada por Geisel.

Outubro. O Supremo Tribunal condena o deputado Francisco Pinto, do MDB, a seis meses de detenção por pronunciar um discurso contra o general Pinochet, presidente da Junta Militar que governava o Chile, e que se encontrava no Brasil para a posse do presidente Geisel.

Novembro. O MDB obtém expressiva vitória nas eleições parlamentares, com 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores em 22 estados.

1975

Morre o ditador Francisco Franco, na Espanha, após permanecer 36 anos no poder.

Censura tira do ar a novela Roque Santeiro, de Dias Gomes, às vésperas de sua estreia na TV Globo, sob a alegação de imoralidade.

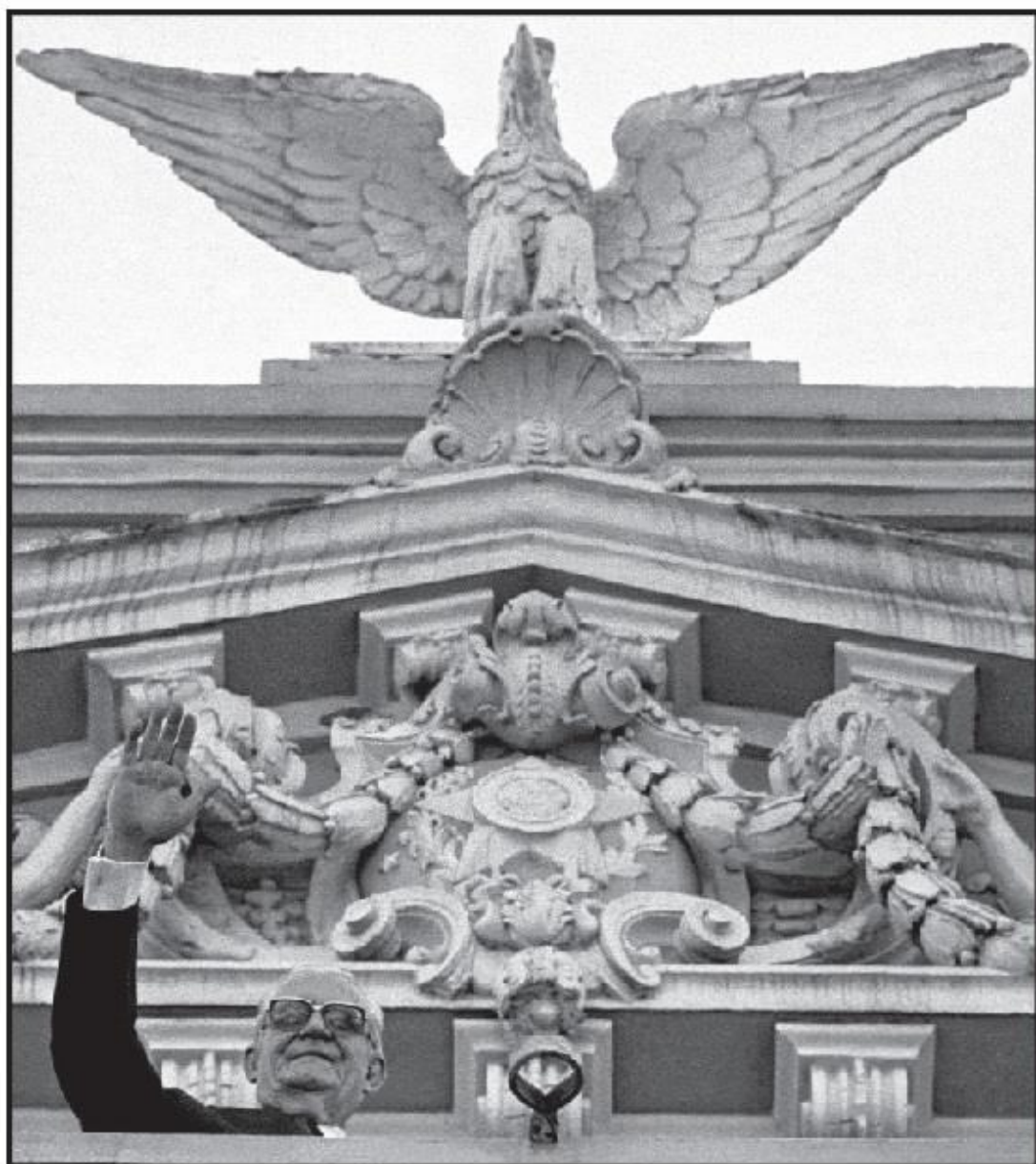


Foto: Orlando Brito

Presidente Ernesto Geisel no Palácio Anchieta, em 1973.



Foto Orlando Brito

Após 21 anos no poder os militares arriam a bandeira em frente ao Planalto, 1985.



Foto Orlando Brito

Congresso posto em recesso pelos militares em 1968.

Fim da censura prévia aos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Pasquim*.

"A vida muda o morto em multidão."

Verso final do "Poema para Che Guevara", de Ferreira Gullar, incluído no livro Dentro da noite veloz, publicado em 1975.

Outubro. Vladimir Herzog é assassinado no DOI-Codi, em São Paulo, e a repressão monta a farsa do suicídio do jornalista. O culto ecumênico em sua memória, na Catedral da Sé, transforma-se em um grande ato público contra a ditadura.

O aparato atinge um grau tão elevado de violência que começa a perder apoio até mesmo dentro das Forças Armadas. O assassinato de Herzog e as mobilizações que se seguem marcam o início do processo de declínio da ditadura militar, que levaria ao fim do regime em 1985. Esse processo está narrado na segunda parte da **Linha do Tempo**, intitulada **Da ditadura à democracia**, dedicada ao período de 1976 a 1985.

Parte 2 – 1976-1985

Da ditadura à democracia. No começo da década de 1970, a brutalidade da repressão atinge o ápice. O assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, torna-se um divisor de águas. Manifestações de estudantes voltam às ruas e greves paralisam as fábricas. A anistia de 1979 abre os cárceres e permite a volta dos exilados, mas impede a punição dos agentes do Estado que violaram os direitos humanos. A luta por eleições diretas para presidente, em 1984, toma as praças do país. A eleição de Tancredo Neves, em 1985, marca o retorno do Brasil à democracia.

1976

Golpe militar na Argentina liderado pelo general Videla depõe a presidente eleita Isabela Perón. Tem início um período de violenta repressão que se estenderá até 1983, deixando um saldo de mais de 30 mil mortos e desaparecidos.

Morre o ex-presidente Juscelino Kubitschek em acidente automobilístico na Via Dutra.

Morre o ex-presidente João Goulart na Argentina: ele foi o único presidente brasileiro a falecer no exílio. Há suspeitas de que sua morte, assim como a de JK, esteja ligada à Operação Condor, articulação entre as ditaduras latino-americanas que perseguiu, torturou e matou opositores.

"O que será, que será?"

Que andam suspirando pelas alcovas

Que andam sussurrando em versos e trovas

Que andam combinando no breu das tocas

Que anda nas cabeças anda nas bocas"

Versos da canção O que será, de Chico Buarque.

Janeiro. Assassinado sob tortura o operário Manoel Fiel Filho no DOI-Codi, em São Paulo. Três dias depois, o general Eduardo d'Ávila Mello é afastado do comando do II Exército.

Agosto. Bomba explode no prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio de Janeiro. Horas mais tarde, outra bomba é encontrada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas é desativada a tempo. A Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) assume a autoria dos atentados, os primeiros de uma série que ocorreria ao longo do ano.

Setembro. Bomba explode no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo, em atentado também reivindicado pela AAB.

Novembro. Mais um atentado a bomba é atribuído à AAB, desta vez contra a redação do semanário *Opinião*.

Dezembro. Chacina da Lapa: agentes do II Exército invadem uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, e matam líderes do PCdoB.

1977

Aprovada a Lei do Divórcio.

Abril. Congresso é fechado; em seguida, Geisel baixa o Pacote de Abril para assegurar à ditadura a maioria dos votos no Parlamento.

Setembro. Invasão da PUC em São Paulo, durante a realização do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE). Sob o comando do coronel Erasmo Dias; a polícia ocupa o campus, prende cerca de duas mil pessoas, e fere gravemente cinco delas.

Trabalhadores do ABC paulista iniciam movimento pela reposição salarial de 31%, índice que refletia a inflação oculta pela ditadura e o achatamento dos salários.

O movimento estudantil rearticula-se em todo o país.

"Tenho um sonho em minhas mãos

Amanhã será um novo dia

Certamente eu vou ser mais feliz."

Versos da canção *Sonhos*, de Peninha.

1978

Na Argentina, as Mães da Plaza de Mayo aproveitam a realização da Copa do Mundo no país e denunciam as mortes e os desaparecimentos aos jornalistas que cobrem o evento.

Manoel Fiel Filho

Assassinado dia 16/1/1976

Quase todos os dias, uma solitária mulher sai da sua casa no Vila Guarani e, bem cedo, dirige-se ao cemitério da Quinta Parada, em São Paulo. Ela chega e quando as lágrimas se misturam às flores, ela deposita no túmulo 64, quadra 101, onde, desde as 3 horas da manhã do domingo, dia 16 de janeiro de 1976, está sepultado seu marido, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho. Fiel Filho, no dia 16 de janeiro daquele ano havia sido detido ilegalmente às 12 horas, por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arca, onde era muito benquista por seus colegas. Eles procuravam um operário chamado Flora.

Não o encontrando, levaram o que tinha o sobrenome mais próximo. Era Fiel. Puseram no carro, foram até sua casa, vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho. Diante de sua mulher - Teresa de Lourdes Martins Fiel - levaram-no para o DOI/CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas Fiel não voltou. No dia seguinte, um sábado, às 22 horas um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário, na Vila Guarani e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse novamente: "O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas." Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto. Sua mulher então começou a gritar:

"Vocês o mataram, vocês o mataram..."
Naquela trágica noite, os parentes que foram até o Instituto Médico Legal tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre seu morte. No domingo, dia 18, às 7 horas e 30 minutos, o operário Fiel Filho foi velado durante 20 minutos na igreja de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro do Itaim. Policiais à paisana impediam qualquer manifestação. Às 8 horas, ele foi sepultado. Desde então, a mulher do operário morto e suas duas filhas "desaprenderam de sorrir". Obrigadas ao silêncio forçado, elas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, General Ednardo D'Avila Melo, foi exonerado do seu cargo dias depois. Em seu último, apenas a perplexidade e a tristeza. Afinal Fiel Filho não havia feito nada. Era um trabalhador simples, honesto, bom pai, bom marido. Fora preso inocente, ilegalmente, e surgiu morto na prisão.

Dias depois, um comunicado do II Exército dizia que Fiel Filho se havia suicidado dentro da prisão e que todos os fatos iam ser investigados. Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu-se pelo "suicídio". Fiel Filho teria usado para isso as próprias meias, segundo as autoridades. Logo depois, o inquérito foi arquivado. Dois anos se passaram em silêncio. Até que recentemente se pode provar ainda que antes de morrer o operário sofreu torturas. Gritava de dor e pedia aos seus torturadores "pelo amor de Deus, não me matem". Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio. A possibilidade maior era mesmo de Manoel Fiel Filho ter sido assassinado por seus torturadores. Diante das evidências, a viúva Teresa de Lourdes Martins Fiel resolve rompeu o silêncio e ingressar na Justiça com uma ação cível contra o Governo, requerendo indenização pela morte de seu marido. "Não quero dinheiro, quero justiça" - disse ela. Além disso, diante das novas fatos, regressou-se à Justiça Militar que a morte de Fiel seja de novo investigada, o que está para acontecer. Sobre Fiel Filho, sua morte e todos os fatos que se seguiram, as leituras, que sofreu, os inquéritos, o caso na Justiça, será lançado o livro "Manoel Fiel Filho, quem vai pagar por este crime?" escrito pelo jornalista Carlos Alberto Luppi. Morto inocentemente, torturado e assassinado fragmento (após sua morte um palhaço gritou "Chefo, a conselha está feita"), Manoel Fiel Filho sepultado, não está calado. Sua classe e seus companheiros vivem por ele.

Este cartaz é uma das formas que o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo, através da Comissão de Solidariedade aos Demitidos, adota para homenagear a memória de Manoel Fiel Filho, trabalhador, membro do SIV, assassinado em janeiro de 1976.



Homenagem à memória de Manoel Fiel Filho, trabalhador metalúrgico assassinado em 1976.

Fevereiro. O Comitê Brasileiro pela Anistia é criado.

Mai. **Greves operárias no ABC Paulista.** Surge o novo sindicalismo e emerge a liderança de Luis Inácio (Lula) da Silva.

Outubro. **Revogado o AI-5,** que continua em vigor até o fim do ano.

Outubro. **O general João Batista Figueiredo é eleito presidente da República** pelo colégio eleitoral, com 355 votos, contra 266 dados ao general Euler Bentes Monteiro. Figueiredo havia sido chefe do gabinete militar do governo Médici e chefe do SNI no governo Geisel.

Novembro. **O I Congresso Nacional pela Anistia** é realizado em São Paulo.

Liberadas pela censura as canções *Apesar de você*, de Chico Buarque, e *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil.

"Pai, afasta de mim esse cálice

De vinho tinto de sangue."

Versos da música *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil, que havia sido composta em 1973 e impedida pela censura de ser veiculada.

O deputado **Ulysses Guimarães** enfrenta policiais e cães da PM da Bahia durante concentração do MDB na praça Castro Alves.

1979

Greves de trabalhadores: mais de três milhões param em todo o país.

Junho/julho. **O Congresso Internacional pela Anistia no Brasil** é realizado em Roma.

Julho/agosto. **Greve de fome** é feita por presos políticos em vários estados do país.

Agosto. **A Lei da Anistia é sancionada pelo presidente Figueiredo** nos termos em que foi aprovada pelo Congresso por 206 contra 201 votos.

"Meu Brasil!â€"

Que sonha com a volta

Do irmão do Henfil.

Com tanta gente que partiu

Num rabo de foguete"

Versos da canção *O bêbado e a equilibrista*, de Aldir Blanc e João Bosco, que faz referência aos exilados políticos; o cartunista Henfil sempre mencionava na imprensa seu irmão Betinho, que acabaria voltando ao Brasil em 1979.

Setembro/outubro. **Voltam ao Brasil** milhares de cidadãos que estavam no exílio havia anos. Entre eles, destacam-se os líderes Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, e Luis Carlos Prestes, dirigente do PCB.

Feridas não cicatrizadas até hoje

A anistia de 1979 resultou de longa campanha da sociedade civil. Sem deixar de reconhecer o que nela se fez de justiça aos que resistiram corajosamente à ditadura que tomou o

poder em 1964, nunca foi a anistia almejada, uma vez que o próprio regime fez que ela fosse parcial e restrita. Os militares protegeram a si mesmos e aqueles que os apoiaram nas violações de direitos humanos, nos assassinatos e nos desaparecimentos políticos. Ao anistiar torturados e torturadores, a Lei da Anistia deixou feridas até hoje não cicatrizadas.

1980

Fundação do sindicato polonês Solidariedade, numa atitude de desafio ao poder da União Soviética sobre os países integrantes da Cortina de Ferro.

Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo.

Aprovado o restabelecimento das eleições diretas para governador, com validade a partir de 1982.

Fim do bipartidarismo: a Arena, partido do governo, torna-se PDS, enquanto o oposicionista MDB torna-se PMDB. Leonel Brizola funda o PDT e Ivete Vargas recria o PTB.

Juiz responsabiliza a União pela morte do operário Manoel Fiel Filho, assassinado dentro do DOI-Codi paulista; a sentença do magistrado da 5ª Vara Federal manda indenizar a família.

"Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar."

Verso da música Canção da América, de Milton Nascimento e Fernando Brant.

Bomba explode na OAB do Rio de Janeiro, colocada por terroristas de direita; morre a secretária da entidade, Lyda Monteiro da Silva.

Atentados promovidos por terroristas de direita queimam bancas que vendiam jornais da imprensa alternativa.

1981 | 1982 | 1983

Abril de 1981. Atentado fracassado da direita terrorista contra show comemorativo do 1º de maio no Riocentro, Rio de Janeiro; um sargento morre e um capitão fica ferido, ambos militares ligados aos órgãos de repressão da ditadura.

Outubro de 1981. Arquivamento do inquérito que investigava o atentado, em decisão do Superior Tribunal Militar, apesar de todas as evidências de culpa dos militares envolvidos.

"Quero falar de uma coisa

Adivinha onde ela anda

Deve estar dentro do peito

Ou caminha pelo ar."

Versos da canção Coração de estudante, de Milton Nascimento e Wagner Tiso, trilha sonora do filme Jango, 1983. No ano seguinte, ela se tornaria uma espécie de hino da campanha das diretas.



**VENHA EXIGIR SEU DIREITO NO
GRANDE COMÍCIO
DAS DIRETAS**

DIA 25 - PRAÇA DA SÉ - 16 HORAS

Cartaz convocando a população para comício em São Paulo a favor das eleições diretas.

1982

Na crise da dívida externa o governo reconhece que o país não tem condições de saldar os compromissos financeiros e pede ajuda ao Fundo Monetário Internacional.

Eleições legislativas e para governadores e prefeitos são realizadas. Vitória da oposição em vários dos estados mais populosos do país, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

1983

Julho. Greve geral convocada de forma unificada por todas as correntes sindicais paralisa o país por um dia e aumenta ainda mais a pressão sobre a ditadura.

Novembro. O primeiro comício pela eleição direta do sucessor do general Figueiredo acontece em São Paulo, defronte ao Estádio do Pacaembu; o evento, promovido pelo PT, reúne aproximadamente 10 mil pessoas.

1984

De janeiro a abril

Dezenas de comícios são realizados no país para reivindicar a aprovação da emenda que restabelece eleições diretas para presidente, no movimento que ficou conhecido como Diretas Já. As duas grandes manifestações ocorrem às vésperas da votação no Congresso Nacional: a primeira no Rio de Janeiro, junto à Igreja da Candelária, e a segunda em São Paulo, no vale do Anhangabaú. Cada uma delas reuniu mais de 1 milhão de pessoas.

"Vai passar

Nessa avenida um samba popular."

Letra da canção Vai passar, de Chico Buarque e Francis Hime.

18 de abril. É decretado estado de emergência no Distrito Federal, em Goiânia e em mais nove municípios de Goiás, como forma de pressão do governo militar diante da votação pelo Congresso da emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas para presidente e que ocorreria na semana seguinte.

25 de abril. As Diretas não são aprovadas pela Câmara, em votação apertada: 298 votos a favor, 65 contra e três abstenções, sendo que 112 deputados optaram por se ausentar da sessão. Faltaram 22 votos para atingir os dois terços que permitiriam a apreciação da emenda pelo Senado.

1985

15 de janeiro. Tancredo Neves é eleito presidente da República pelo colégio eleitoral. Em 1962, o mesmo Tancredo Neves havia sido primeiro-ministro no governo de João Goulart; três décadas depois, ele seria eleito com 480 votos, contra 180 dados a Paulo Maluf; 26 deputados que se absteriam: o vice seria José Sarney.

14 de março. Tancredo é internado no Hospital de Base, em Brasília, para se submeter a uma operação de emergência, apenas 12 horas antes de ser empossado como presidente da República.

21 de abril. Tancredo morre em São Paulo, após permanecer 38 dias internado e passar por sete cirurgias. No dia seguinte, cerca de dois milhões de pessoas saem às ruas da capital para acompanhar o corpo, que é levado para ser velado em Brasília e Belo Horizonte.

22 de abril. José Sarney é empossado presidente, cargo que já vinha exercendo interinamente durante a doença de Tancredo Neves.

"Não vamos nos dispersar."

Mensagem de união deixada por Tancredo; após sua morte, ele se torna uma palavra de ordem amplamente difundida no país.